



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO

PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

TERESINA
2014



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO

PROJETO PEDAGÓGICO
CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

TERESINA
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Prof. Dr. José Arimatéia Dantas Lopes
Reitor

Prof^a. Dra. Nadir do Nascimento Nogueira
Vice-Reitora

Prof^a. Dra. Maria do Socorro Leal Lopes
Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Prof. Dr. Helder Nunes da Cunha
Pró-Reitor de Pós-Graduação

Prof. Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco
Pró-Reitor de Pesquisa

Prof. Dr. Miguel Ferreira Cavalcante Filho
Pró-Reitor de Extensão

Prof^a. Dra. Cristiane Batista Bezerra Torres
Pró-Reitor para Assuntos Estudantis e Comunitários

Prof. Edilberto Duarte Lopes
Pró-Reitor de Planejamento e Orçamento

Jovita Maria Terto Madeira Nunes
Pró-Reitor de Administração

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS

Prof. Dr. Nelson Juliano Cardoso Matos
Diretor

Prof. Dr. Carlos Sait Pereira Andrade
Vice-Diretor

Prof^ª. Ma. Adrianna de Alencar Setubal Santos
Chefe do Departamento de Ciências Jurídicas

Prof^ª. Ma. Adriana Castelo Branco de Siqueira
Sub-Chefe do Departamento de Ciências Jurídicas

CURSO DE DIREITO

Prof. Me. Sebastião Patrício Mendes da Costa
Coordenador

Profa. Dra. Maria Sueli Rodrigues de Sousa
Sub-Coordenadora

Colegiado:

Prof. Me. Sebastião Patrício Mendes da Costa
Presidente

Profa. Dra. Maria Sueli Rodrigues de Sousa
Vice-Presidente

Profa. Ma. Adriana Castelo Branco de Siqueira
Membro Titular

Profa. Ma. Deborah Dettmam Maia
Membro Titular

Prof. Dr. Fernando Ferreira dos Santos
Suplente

Prof. Dr. Joseli Lima Magalhães
Suplente

Prof. Dr. Francisco Meton Marques de Lima
Suplente

Fernanda de Sousa Dias
Membro Titular Representante Discente

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE

Profa. Dra. Maria Sueli Rodrigues de Sousa

Profa. Ma. Germana Assunção Trindade

Profa. Ma. Adriana de Alecar Setúbal Santos

Profa. Me. Sebastião Patrício Mendes

Prof. Dr. Fernando Ferreira Santos

Prof. Dr. Francisco Meton Marques de Lima

Prof. Dr. Edilsom Pereira de Farias

Prof. Éfren Paulo Porfirio de Sá Lima

GRUPO DE TRABALHO DO NDE – REVISÃO CURRICULAR

Profa. Dra. Maria Sueli Rodrigues de Sousa

Prof. Me. Gabriel Rocha Furtado

Profa. Ma. Germana Assunção Trindade

Profa. Ma. Olívia Brandão Melo Campelo

Prof. Me. Raul Lopes de Araújo Neto

Prof. Me. Sebastião Patrício Mendes da Costa

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	8
1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	10
1.1. A Universidade Federal do Piauí	10
1.2. O Curso de Direito da UFPI	11
2. JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA	13
3. COMPONENTES DA PROPOSTA CURRICULAR	14
3.1. Perfil do graduando	14
3.2. Objetivos do Curso	14
3.2.1. Objetivo geral	14
3.2.2. Objetivos específicos	14
3.3. Organização Curricular	15
3.4. Metodologia	16
3.5. Avaliação	16
3.5.1. Avaliação do aluno	16
3.5.2. Avaliação do currículo	16
3.5.3. Avaliação em processo	16
3.5.4. Avaliação do Produto	16
4. MATRIZ CURRICULAR	17
4.1. Matriz Curricular Plena – Diurno	17
4.2. Matriz Curricular Plena – Noturno	20
4.3. Disciplinas Optativas	23
4.4. Atividades Complementares	24
4.5. Monografia e pesquisa	25
4.6. Estágio Curricular Supervisionado	25
5. EMENTA DAS DISCIPLINAS	26
5.1. Ementas – disciplinas obrigatórias	26
6. INFRAESTRUTURA	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62
ANEXO I	63
ANEXO II	66
ANEXO III	68
ANEXO IV	69
ANEXO V	71
ANEXO VI	75
ANEXO VII	80
ANEXO VIII	87
ANEXO IX	89
ANEXO X	90
ANEXO XI	91
ANEXO XII	92
ANEXO XIII	94

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO: GRADUAÇÃO EM DIREITO

GRAU: BACHARELADO

ÁREA: CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS

FORMA DE ACESSO AO CURSO:

O processo seletivo será por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (novo ENEM), através do Sistema de Seleção Unificada (SISU) do MEC.

PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO:

Graduação em direito diurno

Mínimo: 5 anos

Máximo: 7,5 anos

Graduação em direito noturno

Mínimo: 6 anos

Máximo: 9 anos

TÍTULO ACADÊMICO: Bacharel em Direito

REGIME LETIVO: Regime de Bloco

TURNOS DE OFERTA: DIURNO E NOTURNO

VAGAS AUTORIZADAS:

Diurno – 55 vagas

Noturno – 55 vagas

ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA
Disciplinas teórico-práticas/simuladas:	2.945 horas
Trabalho de Conclusão de Curso:	60 horas
Atividades Complementares:	200 horas
Estágio Curricular Supervisionado:	300 horas
TOTAL:	3.725 horas

APRESENTAÇÃO

O atual currículo do Curso de Direito da Universidade Federal do Piauí foi aprovado pela Resolução n. 28/2007 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Portanto, na vigência da Portaria n. 09/2004 do Ministério da Educação e do Desporto, que estabelece as Diretrizes Curriculares do curso de Direito.

Em 2005, o Decreto nº 5626/05 estabeleceu a necessidade de se ofertar como disciplina obrigatória ou opcional Libras; em 2004, a resolução CNE nº 1/2004 estabeleceu as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais, assim o presente Projeto de Revisão Curricular objetiva adequar o atual projeto pedagógico do Curso de Direito da UFPI às novas Diretrizes Curriculares, considerando os recursos institucionais disponíveis.

Diante da urgência, o Colegiado do Curso de Direito decidiu promover a reforma curricular em duas etapas. Primeiro, a revisão do Currículo atual restringindo-se apenas às alterações imprescindíveis, mantendo-se, o quanto possível, a estrutura curricular vigente (trata-se do presente Projeto). Depois, continuar as discussões para apresentar um novo projeto pedagógico, com alterações substanciais.

Assim, as alterações do presente Projeto consistem em:

- a) Incluir as disciplinas “Libras” e “Tópicos Especiais” como disciplinas optativas;
- b) Incluir o conteúdo direito e as relações sociais de gênero, geração e raça/etnia na disciplina Sociologia Jurídica;
- c) Incluir o conteúdo de antropologia na disciplina Introdução as Ciências Sociais;
- d) Alterar a ementa da disciplina Sociologia Jurídica para incluir conteúdo de Antropologia Jurídica.
- e) Alterar a ementa da disciplina de Introdução à Psicologia para incluir conteúdo de Introdução à Psicologia Jurídica.

f) Exclusão de algumas disciplinas optativas por nunca terem sido ofertadas ou terem sido ofertadas em tempos remotos e um terceiro caso de vários tópicos especiais nominados, o que contradiz a natureza dos tópicos: oportunidade de estudar temas importantes em determinados momento histórico. Foram excluídas 32 disciplinas: 14 tópicos especiais nominados; Direito do idoso; Direito do Comércio Internacional; Direito Penal Especial; Direito Processual Tributário; Direito Industrial; Informática Jurídica; Português no Direito; Direito Urbanístico; Direito

Educacional; Direito Internaciopnal dos Direitos Humanos; Direito Securitário; Direito Imobiliário; Direito do Menor; Direito Sindical; Processos nos Juizados Especiais; Direito Autoral; Direito Notarial e Arbitragem.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

1.1. A Universidade Federal do Piauí

A Fundação Universidade Federal do Piauí – FUFPI foi instituída nos termos da Lei nº 5.528 de 11 de novembro de 1968 e oficialmente instalada em 12 de março de 1971, com o objetivo de criar e manter a Universidade Federal do Piauí – UFPI.

A UFPI foi criada para atuar como instituição de ensino superior, pesquisa e extensão no Estado do Piauí. Imbuída desta missão, disponibiliza à comunidade cursos em amplas áreas de conhecimento, desenvolve pesquisas e divulga sua produção científica, técnica e cultural.

A Instituição teve seu nascimento com a reunião das faculdades e cursos existentes no Piauí àquela época, quais sejam: Direito, Filosofia, Bacharelados em Geografia e História e Licenciatura em Letras, Odontologia, Medicina, Administração e Licenciatura em Física e Matemática.

Atualmente a UFPI dispõe de uma área construída de 109.605,61 m² em uma área total de 7.219.338 m², e estrutura-se da seguinte forma: *Campus* Ministro Petrônio Portela, na cidade de Teresina, compreendendo os Centros: Centro de Ciências da Saúde – CCS, Centro de Ciências da Natureza – CCN, Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, Centro de Ciências da Educação – CCE, Centro de Ciências Agrárias – CCA, Centro de Tecnologia – CT; *Campus* Ministro Reis Velloso na cidade de Parnaíba e *Campus* do Junco, na cidade de Picos; 3 Colégios Agrícolas situados nas cidades de Teresina, Floriano e Bom Jesus, respectivamente. Oferece mais de 60 cursos de Graduação, totalizando 36 habilitações, 42 cursos de Especialização, 11 cursos de Mestrado, 1 curso de Doutorado e 4 cursos de Ensino Médio (Colégios Agrícolas). Conta com 13.962 alunos de graduação, 532 alunos de pós-graduação, 650 alunos de Ensino Médio, 918 professores e 1.104 funcionários técnicos e administrativos.

Para desenvolver suas atividades acadêmicas, o estudante conta com o apoio de 149 Laboratórios, 309 Salas de aula, 1 Fazenda experimental, 1 Biblioteca Comunitária, 8 Bibliotecas Setoriais, Residência e Restaurante Universitário, Espaço Cultural e Editora.

Além disso, o estudante pode contar com o auxílio financeiro, seja através de bolsas de iniciação à Docência (Monitoria), Bolsa de Trabalho, Bolsa de Iniciação Científica e Bolsa de Extensão.

A UFPI tem também presença de destaque no cenário cultural piauiense, pois além dos cursos de graduação que oferece na área artística e cultural, das palestras e seminários que promove, mantém um teatro (grupo experimental universitário), Orquestra de Sopro e Cordas, Coral Universitário, Grupo de Danças e a Universidade Aberta de Música.

Está em fase de reforma o Hospital Universitário que após conclusão da obra, passará a integrar o ensino, a pesquisa e a assistência médico-hospitalar.

Em síntese, a UFPI cresce em todos os seus domínios, em todos os seus centros de Ensino e em todos os seus *campi*, sempre atenta a sua missão de:

elaboração, sistematização e socialização do conhecimento científico, filosófico, artístico e tecnológico adequado ao saber contemporâneo e à realidade social, formando recursos que contribuam para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural local, regional e nacional.

Mantendo esse direcionamento, a UFPI vem buscando instrumentos que possam elevar a consciência dos problemas que permeiam o ensino e a pesquisa, potencializando os sentidos dos fenômenos e projetando novas possibilidades de construção, contribuindo, dessa forma, para o permanente investimento na emancipação intelectual e social da comunidade acadêmica.

Assim, a UFPI, partindo da premissa de que sua missão é elaborar, sistematizar e socializar saberes ora se arremessa ao desafio de criar o Curso de Música na cidade de Esperantina. O propósito é fazer com que o Piauí, em curto prazo, seja significativamente reconhecido como estado empreendedor na área da Educação Musical.

1.2. O Curso de Direito da UFPI

Antes mesmo da criação dos cursos jurídicos no Brasil, a primeira tentativa de implementação de ensino superior visava à instalação de duas universidades: uma no Rio de Janeiro e a outra no Norte, de preferência em Pernambuco. O debate muito acirrado sobre este assunto teve curso em várias Sessões da Assembléia Constituinte de 1823. Na Sessão de 18 de outubro de 1823 foi apresentado projeto de autoria do Deputado Manoel Ferreira Câmara Bittencourt e Sá em que propunha ao § 1o do projeto original, de 15 de outubro daquele ano, da Comissão de Instrução

Pública, a formação da universidade, nestes termos: “que ora se funda apenas numa única Universidade no Império” e “que se acrescente ao mesmo parágrafo, a formação de três Colégios de Direito e que, com o tempo e o aumento da população se converterão em Universidade, e será o primeiro em São Paulo, o segundo em Pernambuco e o terceiro no Maranhão, que neles se estude mais direito natural, das gentes e público, do que Romano”. O projeto não foi aprovado.

Na Sessão de 27 de outubro de 1823 foi apresentado novo projeto, já propondo a localização das duas universidades a serem criadas, uma em São Paulo e a outra em Minas Gerais; igualmente o projeto não foi aprovado.

Finalmente, na Sessão de 04 de novembro de 1823, a última da Assembléia Constituinte, aprovou-se uma Emenda-Substitutiva aos projetos anteriores, da qual constava o seguinte: “criação de duas Universidades do Império, uma em São Paulo e outra em Olinda”, prejudicando-se todas as iniciativas anteriores. Com esse projeto já aprovado, foi dissolvida a Constituinte pelo Imperador D. Pedro I.

Em janeiro de 1825 reabrem-se os debates na Câmara dos Deputados, tendo antes o Imperador criado, provisoriamente, um Curso Jurídico no Rio de Janeiro (Decreto de 09 de janeiro de 1825), que, no entanto, não logrou êxito. Com a sequência dos debates, volta o projeto dos cursos jurídicos a ser deliberado, agora já estabelecendo um Curso Jurídico ou de Ciências Sociais, e seguindo-se os Estatutos da Universidade de Coimbra. Também esta iniciativa não foi aprovada, mas trouxe positivos reflexos para a história dos cursos jurídicos no País.

Após árdua caminhada, finalmente, por lei de 11 de agosto de 1827 são criados dois Cursos de Ciências Jurídicas e Sociais: um na cidade de São Paulo e outro na cidade de Olinda, aplicando-se subsidiariamente o Estatuto do Visconde da Cachoeira - Luiz José de Carvalho Melo (Fonte: Criação dos Cursos Jurídicos no Brasil. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1977).

No Piauí os cursos jurídicos foram implantados graças à iniciativa de alguns intelectuais da época que, a 25 de março de 1931 criaram a Faculdade de Direito do Piauí, tendo a mesma sido reconhecida de utilidade pública pelo governo do Estado, através do Decreto no 1196, baixado pelo Capitão Joaquim de Lemos Cunha.

Foram fundadores da Faculdade de Direito no Piauí: Cromwell Barbosa de Carvalho, Ernesto José Baptista, Simplício de Sousa Mendes, Joaquim Vaz da Costa, Mário José Baptista, Francisco Pires Gayoso, Adalberto Correia Lima, José de Arimatéia Tito, Heli Fortes Castelo Branco, João Emílio Falcão Costa, Pedro Borges da Silva, Higino Cunha e Francisco Pires de Castro, dentre outros.

O reconhecimento e oficialização da Faculdade de Direito ocorreu em 1936, após ter sido formada a sua 1ª turma de bacharéis em Direito – Turma de 1935.

Com a implantação da Universidade Federal do Piauí em 1971 foi nomeado Reitor Pro-Tempore o Prof. Robert Wall de Carvalho, então Diretor da Faculdade de Direito.

A reforma do ensino superior transformou o curso seriado em sistema de crédito e, ao mesmo tempo, com a implantação da Universidade foi a Faculdade de Direito transformada em Departamento de Ciências Jurídicas, do Centro de Ciências Humanas e Letras da UFPI.

2. JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA

A Proposta de Revisão do Currículo do Curso de Graduação em Direito da UFPI ora apresentada foi elaborada de acordo com as novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito instituídas pela Resolução CES/CNE n. 9 de setembro de 2004, pelo Decreto nº 5626/05, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinaes –LIBRAS e pela Lei nº 11.645/08, que dispõe sobre a obrigatoriedade da temática “ História e Cultura Afro-Brsileira e Indidena” .

Para a consecução da Proposta em tela foram levadas em conta as relevantes informações e sugestões dos professores e alunos do Curso de Graduação em Direito da UFPI, bem como da Coordenação de Currículo da UFPI.

O projeto do curso de graduação em Direito da UFPI encontra-se fundamentado nos três eixos de formação. Com efeito, do 1º Período ao 3º Período contempla-se o Eixo de Formação Fundamental (Introdução às Ciências Sociais, Introdução à Filosofia, Introdução à Psicologia, Introdução à Metodologia Científica, Economia Política e Ciência Política).

O Eixo de Formação Profissional acha-se essencialmente do 4º ao 8º Períodos.

O Eixo de Formação Prática concentra-se nos 7º a 10º Períodos (turno diurno) e 11º a 12º Períodos (turno noturno) e objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais eixos, especialmente nas atividades relacionadas com o estágio Supervisionado, Atividades Complementares e Monografia.

O Estágio Curricular Supervisionado, consoante a Resolução, é componente curricular obrigatório e indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados. Por conseguinte, a previsão do Estágio Curricular Supervisionado, a ser realizado preferencialmente na própria UFPI, importará a reestruturação e a operacionalização do Núcleo de Prática Jurídica já instalado.

As Atividades Complementares (que não se confundem com o Estágio Curricular Supervisionado) são componentes curriculares enriquecedores e complementares do perfil do formando, podendo ser iniciadas a partir do 1º Período pelo aluno.

Por seu turno, as espécies de Atividades Complementares estão discriminadas pela Proposta, devendo todo aluno cumprir pelo menos 200 horas de Atividades Complementares, obedecidas às normas fixadas pelo Colegiado do Curso de Graduação em Direito da UFPI.

Também foi criado o serviço de apoio ao discente com regulamento em anexo, que objetiva contribuir com a formação discente, seja no apoio às atividades acadêmicas já previstas, seja na oferta de atividades complementares de formação.

3. COMPONENTES DA PROPOSTA CURRICULAR

3.1. Perfil do graduando

A Proposta de Revisão da Matriz Curricular do Curso de Graduação em Direito da UFPI em discussão, inspirada na teleologia das novas Diretrizes Curriculares Nacionais do MEC, objetiva assegurar o perfil do graduando de sólida formação humanística e axiológica, com capacidade de análise, domínio dos conceitos e da terminologia jurídica, aliada a uma postura reflexiva e crítica, indispensáveis ao Desenvolvimento da Ciência do Direito, da Prestação da Justiça e do Exercício da Cidadania.

O egresso, possuindo uma visão ampla e percepção crítica da realidade brasileira, poderá obter uma formação mais especializada em curso de pós-graduação.

3.2. Objetivos do Curso

3.2.1. Objetivo geral

Formar bacharel com competência técnico-científica para atuar nas áreas pertinentes à Ciência do Direito.

3.2.2. Objetivos específicos

(i) Formar bacharéis que dominem o saber técnico- científico e dotado de senso crítico, com a compreensão da finalidade e valor de cada instituto, sabendo identificar o verniz ideológico que eventualmente encobre os institutos jurídicos;

(ii) Capacitar o egresso de modo a compreender e intervir na realidade sócio-política do Estado;

(iii) Desenvolver no graduando senso ético de responsabilidade social com o fim de direcionar o exercício profissional;

(iv) Fomentar a cultura na sociedade piauiense, por meio de educação continuada e promoção de atividades acadêmicas técnico-científicas abertas aos interessados da comunidade acadêmica.

3.3. Organização Curricular

A matriz curricular do Curso de Direito prevê disciplinas obrigatórias, disciplinas optativas, estágio curricular obrigatório e atividades complementares, totalizando 3.725 horas. Esta carga horária total está também de acordo com as novas diretrizes do Conselho Nacional de Educação, onde tramita Projeto de Resolução que institui carga horária mínima para os Cursos de Graduação em Direito de 3.700 horas.

A integralização curricular do Curso Diurno dar-se-á, no mínimo, em cinco anos e, no máximo, em sete anos e meio. Para o Curso Noturno a integralização será, no mínimo, em seis anos e, no máximo, em nove anos.

A carga horária, portanto, fica assim distribuída:

Atividades Didáticas	Teórico-práticas/simuladas	Prática	Complementares
Disciplinas obrigatórias	3005		
Disciplinas optativas	180		
Estágio Curricular		300h	
Monografia		60h	
Atividades Complementares			200h
Subtotal	3135	560	
Total	3525 + 200 = 3725		

3.4. Metodologia

As disciplinas teóricas serão desenvolvidas por meio de aulas expositivas, seminários, discussões em grupo, estudos dirigidos e debates. As disciplinas práticas serão ministradas através da atuação discente no Escritório Modelo, na Defensoria Pública, nos órgãos estatais e conveniados. Para complementação de sua atividade prática será permitida sua participação em empresas, seminários e atividades de pesquisa e de extensão, monitorias e outros eventos culturais, fora e/ou no âmbito da Universidade.

3.5. Avaliação

3.5.1. Avaliação do aluno

A avaliação discente será realizada em conformidade com a Resolução nº 177/12 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão.

3.5.2. Avaliação do currículo

O currículo do Curso de Direito será acompanhado e avaliado durante sua execução (avaliação em processo) e após a conclusão da primeira turma (avaliação do produto).

3.5.3. Avaliação em processo

Durante a execução do currículo, a avaliação será realizada através da aplicação de questionários específicos com professores e alunos, ao final de cada disciplina, os quais serão analisados e discutidos em Seminário a ser realizado anualmente.

3.5.4. Avaliação do Produto

Um ano após a conclusão da primeira turma ocorrerá a avaliação do produto através da aplicação de questionário aos egressos, atuantes ou não no mercado de trabalho, e a cada dois anos, como também aos representantes institucionais diretamente ligados ao profissional.

Nesta avaliação deverão ser considerados os aspectos relacionados aos objetivos e perfil profissional.

Caberá ao Colegiado do Curso de Direito, planejar, organizar e coordenar ações para a implantação, desenvolvimento e avaliação deste currículo, assim, como, sistematizar resultados e propor novos encaminhamentos.

4. MATRIZ CURRICULAR

4.1. Matriz Curricular Plena – Diurno

CÓDIGO	DISCIPLINA	C.H	CRÉD	REQUISITO
BLOCO I		270h		
DCJ0071	Introdução ao Direito	90h	6.0.0	
DFI0255	Introdução à Filosofia	60h	4.0.0	
DCS0021	Introdução às Ciências Sociais	60h	4.0.0	
DFI0254	Introdução à Metodologia Científica	60h	2.2.0	
BLOCO II		270h		
DCJ0077	História do Direito	60h	4.0.0	Introdução ao Direito
DCJ0140	Filosofia do Direito	60h	4.0.0	Introdução ao Direito Introdução à Filosofia
DCJ0141	Sociologia Jurídica	60h	4.0.0	Introdução ao Direito Introdução às Ciências Sociais
DAA0098	Economia Política	60h	4.0.0	
DFE0088	Introdução à Psicologia	30h	2.0.0	
BLOCO III		270h		
DCJ0142	Deontologia Jurídica	60h	4.0.0	Introdução ao Direito
DCJ0143	Ciência Política	90h	6.0.0	
DCJ0144	Hermenêutica Jurídica	60h	4.0.0	Introdução ao Direito
DCJ0145	Teoria Geral do Direito	60h	4.0.0	Filosofia do Direito
BLOCO IV		300h		

CÓDIGO	DISCIPLINA	C.H	CRÉD	REQUISITO
DCJ0146	Direito Penal I	90h	3.0.0	Introdução ao Direito
DCJ0084	Direito Civil I	60h	4.0.0	Teoria Geral do Direito
DCJ0147	Teoria Geral da Constituição	60h	4.0.0	Introdução ao Direito Ciência Política
DCJ0083	Direito Romano	90h	6.0.0	Teoria Geral do Direito
BLOCO V		300h		
DCJ0091	Direito Penal II	60h	2.2.0	Direito Penal I
DCJ0148	Direito Civil II	90h	6.0.0	Direito Civil I
DCJ0149	Direito Empresarial I	90h	3.3.0	Direito Civil I
DCJ0150	Direito Constitucional I	60h	2.2.0	Teoria Geral da Constituição
BLOCO VI		450h		
DCJ0092	Direito Penal III	60h	2.2.0	Direito Penal II
DCJ0086	Direito Civil III	90h	3.3.0	Direito Civil II
DCJ0151	Direito Empresarial II	90h	3.3.0	Direito Empresarial I
DCJ0099	Teoria Geral do Processo	90h	3.3.0	Direito Constitucional I
DCJ0152	Direito Financeiro e Orçamentário	60h	2.2.0	Direito Constitucional I
DCJ0161	Direito do Trabalho I	60h	2.2.0	Teoria Geral do Direito
BLOCO VII		495h		
DCJ0103	Direito Processual Penal I	60h	2.2.0	Teoria Geral do Processo
DCJ0087	Direito Civil IV	75h	3.2.0	Direito Civil III
DCJ0153	Direito Constitucional II	60h	2.2.0	Direito Constitucional I
DCJ0101	Direito Processual Civil I	90h	3.3.0	Teoria Geral do Processo
DCJ0108	Direito Tributário	90h	3.3.0	Direito Financeiro e Orçamentário
DCJ0154	Estágio Curricular Supervisionado I	60h	0.0.4	Teoria Geral do Processo
DCJ0098	Direito do Trabalho II	60h	2.2.0	Direito do Trabalho I

CÓDIGO	DISCIPLINA	C.H	CRÉD	REQUISITO
BLOCO VIII		480h		
DCJ0104	Direito Processual Penal II	60h	2.2.0	Direito Processual Penal I
DCJ0088	Direito Civil V	60h	2.2.0	Direito Civil IV
DCJ0109	Direito Administrativo I	90h	3.3.0	Direito Constitucional I
DCJ0102	Direito Processual Civil II	90h	3.3.0	Direito Processual Civil I
DCJ0100	Direito Processual do Trabalho	90h	3.3.0	Direito do Trabalho II Teoria Geral do Processo
DCJ0155	Estágio Curricular Supervisionado II	90h	0.0.6	Teoria Geral do Processo
BLOCO IX		390h		
DCJ0107	Direito Internacional Público	60h	2.0.0	Ciência Política
DCJ0089	Direito Civil VI	90h	3.3.0	Direito Civil V
DCJ0110	Direito Administrativo II	90h	3.3.0	Direito Administrativo I
DCJ0156	Direito Internacional Privado	60h	4.0.0	Direito Civil III
DCJ0157	Estágio Curricular Supervisionado III	60h	0.0.4	Estágio Curricular Supervisionado I
DCJ0158	Técnicas de Elaboração de Monografia Jurídica	30h	0.0.2	Introdução Metodologia Científica
BLOCO X		300h		
	Disciplina Optativa	60h		
	Disciplina Optativa	60h		
	Disciplina Optativa	60h		
DCJ0159	Estágio Curricular Supervisionado IV	90h	0.0.6	Estágio Curricular Supervisionado II
DCJ0160	Redação e Defesa de Monografia Jurídica	30h	0.0.2	Técnicas de Elaboração de Monografia Jurídica

4.2. Matriz Curricular Plena – Noturno

CÓDIGO	DISCIPLINA	C.H	CRÉD	REQUISITO
BLOCO I		270h		
DCJ0071	Introdução ao Direito	90h	6.0.0	
DFI0255	Introdução à Filosofia	60h	4.0.0	
DCS0021	Introdução às Ciências Sociais	60h	4.0.0	
DFI0254	Introdução à Metodologia Científica	60h	2.2.0	
BLOCO II		270h		
DCJ0077	História do Direito	60h	4.0.0	Introdução ao Direito
DCJ0140	Filosofia do Direito	60h	4.0.0	Introdução ao Direito Introdução à Filosofia
DCJ0141	Sociologia Jurídica	60h	4.0.0	Introdução ao Direito Introdução às Ciências Sociais
DAA0098	Economia Política	60h	4.0.0	
DFE0088	Introdução à Psicologia	30h	2.0.0	
BLOCO III		270h		
DCJ0142	Deontologia Jurídica	60h	4.0.0	Introdução ao Direito
DCJ0143	Ciência Política	90h	6.0.0	
DCJ0144	Hermenêutica Jurídica	60h	4.0.0	Introdução ao Direito
DCJ0145	Teoria Geral do Direito	60h	4.0.0	Filosofia do Direito
BLOCO IV		300h		
DCJ0146	Direito Penal I	90h	3.3.0	Introdução ao Direito
DCJ0084	Direito Civil I	60h	4.0.0	Teoria Geral do Direito
DCJ0147	Teoria Geral da Constituição	60h	4.0.0	Introdução ao Direito Ciência Política
DCJ0083	Direito Romano	90h	6.0.0	Teoria Geral do Direito
BLOCO V		300h		

CÓDIGO	DISCIPLINA	C.H	CRÉD	REQUISITO
DCJ0091	Direito Penal II	60h	2.2.0	Direito Penal I
DCJ0148	Direito Civil II	90h	6.0.0	Direito Civil I
DCJ0149	Direito Empresarial I	90h	3.3.0	Direito Civil I
DCJ0150	Direito Constitucional I	60h	2.2.0	Teoria Geral da Constituição
BLOCO VI		300h		
DCJ0092	Direito Penal III	60h	2.2.0	Direito Penal II
DCJ0086	Direito Civil III	90h	3.3.0	Direito Civil II
DCJ0151	Direito Empresarial II	90h	3.3.0	Direito Empresarial I
DCJ0161	Direito do Trabalho I	60h	2.2.0	Teoria Geral do Direito
BLOCO VII		285h		
DCJ0087	Direito Civil IV	75h	3.2.0	Direito Civil III
DCJ0099	Teoria Geral do Processo	90h	3.3.0	Direito Constitucional I
DCJ0153	Direito Constitucional II	60h	2.2.0	Direito Constitucional I
DCJ0098	Direito do Trabalho II	60h	2.2.0	Direito do Trabalho I
BLOCO VIII		300h		
DCJ0088	Direito Civil V	60h	2.2.0	Direito Civil IV
DCJ0100	Direito Processual do Trabalho	90h	3.3.0	Direito do Trabalho II Teoria Geral do Processo
DCJ0101	Direito Processual Civil I	90h	3.3.0	Teoria Geral do Processo
DCJ0103	Direito Processual Penal I	60h	2.2.0	Teoria Geral do Processo
BLOCO IX		300h		
DCJ0089	Direito Civil VI	90h	3.3.0	Direito Civil V
DCJ0152	Direito Financeiro e Orçamentário	60h	2.2.0	Direito Constitucional I
DCJ0102	Direito Processual Civil II	90h	3.3.0	Direito Processual I

CÓDIGO	DISCIPLINA	C.H	CRÉD	REQUISITO
DCJ0104	Direito Processual Penal II	60h	2.2.0	Direito Processual Penal I
BLOCO X		300h		
DCJ0156	Direito Internacional Privado	60h	4.0.0	Direito Civil III
DCJ0108	Direito Tributário	90h	3.3.0	Direito Financeiro e Orçamentário
DCJ0109	Direito Administrativo I	90h	3.3.0	Direito Constitucional I
DCJ0107	Direito Internacional Público	60h	4.0.0	Ciência Política
BLOCO XI		330h		
	Disciplina Optativa	60h		
DCJ0110	Direito Administrativo II	90h	3.3.0	Direito Administrativo I
DCJ0154	Estágio Curricular Supervisionado I	60h	0.0.4	Teoria Geral do Processo
DCJ0155	Estágio Curricular Supervisionado II	90h	0.0.6	Teoria Geral do Processo
DCJ0158	Técnicas de Elaboração de Monografia Jurídica	30h	0.2.0	Introdução Metodologia Científica
BLOCO XII		300h		
	Disciplina Optativa	60h		
	Disciplina Optativa	60h		
DCJ0157	Estágio Curricular Supervisionado III	60h	0.0.4	Estágio Curricular Supervisionado I
DCJ0159	Estágio Curricular Supervisionado IV	90h	0.0.6	Estágio Curricular Supervisionado II
DCJ0160	Redação e Defesa de Monografia Jurídica	30h	0.2.0	Técnicas de Elaboração de Monografia Jurídica

4.3. Disciplinas Optativas

TODO aluno tem de cumprir um mínimo de 180h horas-aula das disciplinas optativas abaixo relacionadas:

CÓDIGO	DISCIPLINA	C.H	CRÉD	REQUISITO
	Libras*	60h	2.2.0	
	Tópicos Especiais**	60h	2.2.0	
DCJ0180	Direito Processual Constitucional	60h	4.0.0	Direito Constitucional II
DCJ0181	Direito da Criança e do Adolescente	60h	4.0.0	Direito Civil V
DCJ0193	Linguagem e Argumentação Jurídica	60h	4.0.0	Hermenêutica Jurídica
DCJ0191	Biodireito	60h	4.0.0	Introdução ao Direito
DCJ0121	Direito Bancário	60h	4.0.0	Direito Empresarial I
DCJ0125	Direito do Consumidor	60h	4.0.0	Direito Comercial I
DCJ0132	Direito Eleitoral	60h	2.2.0	Direito Penal III
DCJ0127	Direito Penitenciário	60h	4.0.0	Direito Penal III
DCJ0134	Direito Municipal	60h	4.0.0	Direito Administrativo
DCJ0133	Direito Previdenciário	60h	4.0.0	Direito do Trabalho I
DCJ0128	Criminologia	60h	4.0.0	Direito Penal III
DCJ0129	Medicina Legal	75h	3.2.0	Direito Penal III
DCJ0130	Direito Ambiental	60h	4.0.0	Direito Administrativo I
DCJ0184	Direitos Humanos	60h	4.0.0	Filosofia do Direito
DCJ0185	Interesses Difusos e Coletivos	60h	4.0.0	Direito Constitucional II
DCJ0119	Direito Agrário	60h	4.0.0	Direito Civil IV
DCJ0120	Direito Econômico	90h	6.0.0	Direito Empresarial I

* Disciplina nova ainda sem código

*

** A Disciplina Tópicos Especiais equivale a todas as disciplinas que forem nominadas com início Tópicos Especiais.

4.4. Atividades Complementares

O Colegiado do Curso de Direito aprovou Regulamento das Atividades Complementares e o Regimento do Núcleo de Atividades Complementares, que segue como anexo. Até a instituição do Núcleo, o Colegiado designará um professor para superintender as atividades complementares.

Todo aluno tem de cumprir, obedecidas às normas fixadas pelo Colegiado do Curso de Graduação em Direito, 200 horas de atividades complementares, respeitados os seguintes limites:

ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA MÁXIMA (POR PERÍODO LETIVO)	CARGA HORÁRIA MÁXIMA
Disciplinas de outros Cursos de Graduação da UFPI	60h	60h
Projetos e Programas de Pesquisa	30h	60h
Publicações na Área de Direito ou em Áreas Afins	30h	60h
Assistência, com elaboração de relatório, a Defesa de Monografias Finais de Cursos de Graduação, de Dissertações de Mestrado e de Teses de Doutorado.	30h	60h
Monitorias em disciplinas do Curso de Direito.	30h	60h
Projetos e Programas de Extensão Comunitária.	30h	60h
Representação Estudantil ou Participação Discente em Órgãos de Representação Colegiada.	30h	60h

Assistência Programada de Vídeo, Teleconferências, Filmes e Atividades Audiovisuais Similares, na Área Jurídica.	30h	60h
Eventos Diversos (Palestras, Cursos, Seminários, Congressos, etc.) na Área Jurídica na UFPI ou em outras Instituições.	30h	60h
Estágios Extracurriculares Conveniados com a UFPI.	30h	60h
Oficinas de Cidadania na Área de Direito ou em Áreas Afins.	30h	60h

4.5. Monografia e pesquisa

O Colegiado do Curso de Direito aprovou o Regulamento da Monografia e o Regimento do Núcleo de Monografia e Pesquisa. Até a instituição do Núcleo, o Colegiado designará um professor para superintender as atividades de pesquisa, redação e defesa da monografia.

4.6. Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado é componente curricular obrigatório e indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais objetivados. Por conseguinte, a previsão do Estágio Curricular Supervisionado, a ser realizado preferencialmente na própria UFPI, importou a reestruturação e a operacionalização do Núcleo de Prática Jurídica já instalado. Além da oportunidade de estágio no núcleo de práticas jurídicas, há também a oportunidade de estágio fora da universidade pelos convênios estabelecidos com empresas e órgãos públicos.

5. EMENTA DAS DISCIPLINAS

5.1. Ementas – disciplinas obrigatórias

Introdução ao Direito

Ementa:

Multiplicidade e Unidade do Direito. Acepções da palavra Direito. Ciência do Direito: conceito, método, importância, caracteres fundamentais. A Dimensão Sociológica do Direito. Teoria do Direito. Direito e Moral. Direito Natural e Direito Positivo. Fontes do Direito. Norma Jurídica. Interpretação e integração do Direito. Direito como Faculdade. Direito como valor. Direito e Interdisciplinaridade: Direito, Literatura, Antropologia, Filosofia, Sociologia e Ciência Política. Direitos Humanos. Direito e Igualdade: Direito, Gênero e Relações étnicas. Direito e Realidade. Educação Jurídica.

Bibliografia Básica:

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do Direito**. 30. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

POLETTI, Ronaldo. **Introdução ao Direito**. 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

REALE, Miguel. **Lições Preliminares do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2009.

Bibliografia Complementar:

CARVALHO NETTO, Menelick. **A hermenêutica constitucional sob o paradigma do Estado Democrático de Direito**. Revista Notícia do Direito Brasileiro, vol 6, Brasília:2006. ISSN 1516-912X

DORNELLES, João Ricardo. **O que são Direitos Humanos**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

PIOVESAN, Flavia. **Igualdade, Diferença e Direitos Humanos: Perspectivas Global e Regional**.

PIOVESAN, Flavia (org.) **Igualdade, diferença e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2008. p. 47-76

SILVEIRA, Vladimir Oliveira da (coord.) **Educação Jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2013.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de; COSTA, Alexandre Bernardino; MAIA FILHO, Mamede Said. **A prática jurídica na UnB: reconhecer para emancipar**. Brasília: UnB, 2007.

Introdução à Filosofia

Ementa:

Filosofia - seus elementos característicos - Unidade, Universalidade, Exigência crítica. Divisão de Filosofia: Seus temas principais; Teoria Geral do conhecimento: lógica e ontognoseologia; Axiologia e Metafísica. Graduação de conhecimento: conhecimento vulgar científico e filosófico. Estrutura do conhecimento - Tipos, leis e princípios. As épocas filosóficas sob prisma gnoseológico: da ontologia clássica a ontognoseologia. Do conhecimento quanto à origem. Do conhecimento quanto à essência. Do conhecimento quanto ao método: do conhecimento imediato ou intuitivo; conhecimento mediato. Do conhecimento quanto ao seu alcance. Teoria dos objetos: ser e dever ser; Objetos naturais psíquicos e ideais. Os valores: suas características.

Bibliografia básica:

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Boas-vindas à filosofia**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

CHAUI, Marilena de Souza. **Convite à filosofia**. 14ed. Sao Paulo: Atica, 2010.
HABERMAS, J. **Técnica e Ciência como "Ideologia"**. Lisboa: Edições 70, 1994.

Bibliografia complementar:

CHAUI, Marilena de Souza. **Introdução a historia da filosofia**. 2ed. Sao Paulo: Companhia das Letras, 2008.
FERRY, Luc. **Aprender a viver: filosofia para os novos tempos**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
HARRE, Rom. **As Filosofias da ciência**. Lisboa: Edicoes 70, 1988.
NICOLA, Ubaldo. **Antologia ilustrada de filosofia: das origens a idade moderna**. Sao Paulo: Globo, 2005.
NUNES, Cesar Aparecido. **Aprendendo filosofia**. 20ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

Introdução às Ciências Sociais

Ementa:

O surgimento da Antropologia e da Sociologia como Ciências. Seus idealizadores e principais teóricos. Análise antropológica e sociológica do processo identitário do ser humano cultural e social. O ser humano e a organização da sociedade. A perspectiva da Antropologia e da Sociologia na contemporaneidade mundial e brasileira. Sociologia e antropologia e a ciência jurídica.

Bibliografia básica:

BERGER, P. L. **Perspectivas sociológicas: uma visão humanística**. 29ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
DAMATTA, R. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**. 4ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. 14ed. São Paulo: Nacional, 1987.

Bibliografia complementar:

ARON, R. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. 5ed. São Paulo, Martins fontes, 1999.
BASTIDE, R. FERNANDES, F. **Branco e Negros em São Paulo**. 2ed. São Paulo : Nacional, 1959.
BOBBIO, N. **Estado, Governo e Sociedade: para uma teoria geral da política**. 12ed. Rio de Janeiro: Paz , Terra, 2005.
MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
WEBER, M. **Metodologia das Ciências Sociais**. 4ed. São Paulo: Cortez, 2001.

Introdução à Metodologia Científica

Ementa:

Introdução à metodologia científica (Método científico). Trabalho científico. Definição de tema e problema de pesquisa. Hipótese e pressuposto. Referencial teórico. Objetivos: geral e específicos. Tipos de pesquisa. Métodos e técnicas de pesquisa. Tipos de texto científicos: monografia, dissertação, tese e artigo científico. Normas da ABNT para apresentação de relatórios acadêmicos, referências e citações.

Bibliografia básica:

BECKER, G. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 3ed. São Paulo : Editora Hucitec, 1997.
BOOT, COLOMB & WILLIAMS. **A arte da pesquisa**. São Paulo : Martins Fontes, 2000.
BRUYNE, Paul de. **Dinâmicas da Pesquisa em Ciências Sociais: os polos da prática metodológica**. 5ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

Bibliografia complementar:

BOUDON, R. **Os métodos em sociologia**. São Paulo : Editora Ática, 1989.
CORDEIRO, Darcy. **Ciência, Pesquisa e Trabalho Científico**: uma abordagem metodológica. 2ed. Goiânia: Universidade católica de Goiás, 1999.
DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3ed. São Paulo: Atlas, 1995.
ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 24ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.
GOLDEMBERG, M. **A arte de pesquisar – como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 12ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011.

História do Direito

Ementa:

História, Direito e Antropologia. A Evolução Histórica do Direito. O Direito nas sociedades primitivas. Direito e Sociedade no Oriente Antigo. Os Grandes Sistemas Jurídicos. História do Direito Brasileiro. Dimensões Atuais do Direito Brasileiro.

Bibliografia Básica:

CASTRO, Flávia Lages de. **História do Direito**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2012.
WOLKMER, Antonio Carlos. **Fundamentos de História do Direito**. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.
WOLKMER, Antonio Carlos. **História do Direito no Brasil**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

Bibliografia Complementar:

AZEVEDO, Luiz Carlos de. **Origem e introdução da apelação no Direito Lusitano**. São Paulo: Revista dos Tribunais: FIEO, 1976.
GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
_____. **O saber local**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
GILISSEN, John. **Introdução Histórica ao Direito**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
HOBSBAWN, Eric e RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

Filosofia do Direito

Ementa:

Filosofia do Direito: conceituação, objeto, metodologia, função e sentido. Evolução do pensamento na Filosofia do Direito. O conceito de Direito. Direito e Moral. Direito Natural. O problema dos valores do Direito. Posições especiais da Filosofia do Direito. Tendências contemporâneas.

Bibliografia básica:

BOBBIO, Norberto. **O Positivismo jurídico**. Lições de Filosofia do Direito. São Paulo: Ícone, 2006.
GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Filosofia do Direito**. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Bibliografia complementar:

BITTAR, Eduardo C. B; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Curso de filosofia do direito**. 9ed. São Paulo: Atlas, 2011. 734p.
CHAMON JUNIOR, Lucio Antônio. **Filosofia do direito na alta modernidade**: incursões teóricas em Kelsen, Luhmann e Habermas. 3ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

CRETELLA JUNIOR, José. **Curso de filosofia do direito**. 12ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.
MASCARO, Alysson Leandro. **Introdução à filosofia do direito**. 2ed. São Paulo: Atlas, 2006.
SALDANHA, Nelson. **Filosofia do Direito**. Rio de Janeiro, Renovar, 1998.

Sociologia Jurídica

Ementa:

A sociologia aplicada ao Direito. O direito no pensamento sociológico clássico. A sociologia jurídica: noções e conceitos fundamentais. Igualdade e diversidade como problema sociológico e jurídico. Divisão do trabalho, poder, direito e sociedade. Direito e controle social. O Direito, a solução de conflitos e a mudança social. Normas sociais e normas jurídicas. A dimensão social do crime e da penalidade. Tendências contemporâneas em sociologia do Direito. Igualdade e diferença: as desigualdades de gênero, geração, raça/etnia e classe.

Bibliografia básica:

DURKHHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir - nascimento da prisão**. 41ed. Petrópolis, Vozes, 2013.
HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. 2ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. 2v.

Bibliografia complementar:

ASSIER-ANDRIEU, Louis. **O direito nas sociedades humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e crítica do direito penal: introdução á sociologia do direito penal**. 3ed. Rio de Janeiro: revan, 2002. 254p.
BECK, Ulrich. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. 1997.
BOURDIEU, Pierre. **Poder Simbólico**. 5ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
DELEUZE, Giles. **Conversações, 1972 – 1990**. São Paulo
LUHMANN, Niklas. **Sociologia do Direito**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983. 2v.
MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
WEBER, Max. Sociologia do Direito. In: **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília : Universidade de Brasília, 2009.

Economia Política

Ementa:

Economia e Economia Política. Noções gerais e conceitos fundamentais de Economia Política. Contexto histórico da Economia Política. Raízes e postulados das propostas clássicas, neoclássicas, marxista e keynesiana. Cultura Econômica. Fundamentos de Macroeconomia e Microeconomia. Sistemas econômicos e agregados. Estado contemporâneo, globalização e economia nacional. Mecanismos de Mercado. Sistema monetário-financeiro. Desenvolvimento econômico e o papel do Direito. Tendências contemporâneas em Economia Política. Análise econômica do Direito. Economia Internacional.

Bibliografia básica:

GASTALDI, J. Petrelli. **Elementos de economia política**. 17ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
GREMAUD, A. P.; TONETO JUNIOR, R.; VASCONCELOS, M. A. S. de. **Economia Brasileira Contemporânea**. 7ed. São Paulo: Atlas, 2011.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GARCIA, Manuel E. **Fundamentos de economia**. 4ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Bibliografia complementar:

BAER, Werner. **Economia Brasileira**. 3ed. São Paulo : Nobel, 2009.

KURZ, Robert. **O Colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 4ed. Rio de Janeiro : paz e Terra, 1996.

MYRDAL, Gunnar. **Aspectos políticos da teoria econômica**. 3ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1989.

NUSDEO, Fábio. **Curso de economia**: Introdução ao Direito econômico. 7ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

SINGER, Paul. **Curso de Introdução à Economia Política**. 13 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

Introdução à Psicologia

Ementa:

Noções introdutórias em Psicologia e Direito. Conhecimentos básicos em Psicologia para os operadores do Direito. Definição e histórico da Psicologia Jurídica. Relações da Psicologia com a Justiça, a Moral e o Direito. Psicologia Jurídica e o Direito Penal. Psicopatologia e processos jurídicos. Psicologia Jurídica e o Direito de Família. Psicologia Jurídica e as Questões da Infância e Juventude. Avaliação e perícia psicológica. Mediação. Direito e psicanálise.

Bibliografia básica:

CARVALHO, Maria Cristina de.; FONTOURA, Telma; MIRANDA, Vera Regina. **Psicologia Jurídica**. Temas de aplicação. Curitiba: Juruá, 2011. 2v.

COUTINHO, Jacinto Néelson de Miranda. **Direito e Psicanálise**. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2006.

MIRA Y LOPEZ, Emílio. **Manual de Psicologia Jurídica**. 2ed. São Paulo: Minelli, 2007.

Bibliografia complementar

CORREIA, Isabel Falcão. **Concertos e desconcertos na procura de um mundo concertado**: crença no mundo justo, a inocência da vítima e vitimização secundária. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

GUATTARI, Félix; RALNILK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 4ed. Petrópolis : Vozes, 1996.

PONTES DE MIRANDA, F. C. **A margem do direito**: ensaio de psicologia jurídica. 3ed. Campinas, Bookseller, 2005.

RUSSEL, Bertrand Arthur Willian. **A autoridade e o indivíduo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

VASCONCELOS, Eduardo Mourao; KLEIN, Alejandro; FREITAS, Claudia de; FONSECA, Maria Liana. **Abordagens psicossociais: reforma psiquiátrica e saúde mental na ótica da cultura e das lutas populares**. São Paulo: Hucitec, 2008. v.2.

Deontologia Jurídica

Ementa:

Introdução à Ética. Fato, juízo e Responsabilidade moral. Conflitividade social. Ética e Justiça. O bem comum. Justiça e Direito. Os direitos fundamentais e seu significado ético. Situações concretas. Vida. Liberdade. Propriedade. Ética das relações internacionais, dos tributos e dos meios de comunicação. Diceologia. Ética das profissões jurídicas.

Bibliografia básica:

BRAGA, Marino. **Deontologia jurídica na prática judiciária**. Curitiba: Juruá, 2000.

COSTA, Elcias Ferreira da. **Deontologia jurídica: ética das profissões jurídicas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

LANGARO, Luiz Lima. **Curso de deontologia jurídica**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

Bibliografia complementar:

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. **Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

AZEVEDO, Luís Carlos. **Direitos e deveres dos advogados**. São Paulo: Saraiva, 1983.

COUTURE, Eduardo. **Os mandamentos do advogado**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 1999.

FERNANDES, Paulo Sérgio Leite. **Na defesa das prerrogativas do advogado**. Brasília: OAB, 2004.

SODRE, Ruy de Azevedo. **O advogado, seu estatuto e a ética profissional**. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1967.

Ciência Política

Ementa:

Ciência Política: Conceito. Ciência Política e as demais Ciências Sociais. Estado: conceito, elementos constitutivos. Soberania. Separação de Poderes. Formas de Estado e de Governo. Sistema Representativo. Sufrágio. Sistemas Eleitorais, Democracia Representativa. Partidos Políticos. Opinião Pública e a ideologia. Declarações de Direito. Estado e suas relações internacionais.

Bibliografia básica:

DIAS, Reinaldo. **Ciência política**. São Paulo: Atlas, 2010.

GUIMARÃES, José Dorival da Veiga. **Ciência política: princípios fundamentais do Estado**. Bauru: EDIPRO, 2000. 167p.

STRECK, Lenio Luiz; MORAIS, José Luís Bolzan de. **Ciência política e teoria do estado**. 7ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010. 211p.

Bibliografia Complementar:

LOCKE, John. **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LOSURDO, Domenico. **Antonio Gramsci, do liberalismo ao comunismo crítico**. Rio de Janeiro: Revan, 2006. 286p.

SALDANHA, Nelson. **Estado de direito, liberdades e garantias**. São Paulo: Sugestões Literárias, 1980.

SEIDL, Ernesto; GRILL, Igor Gastal. **As Ciências sociais e os espaços da política no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

REALE, Miguel; LIMA, Hermes; LOPES, Simões. **Direito, ciência política e administração**. Fortaleza: Instituto Clovis Bevilacqua, 1977.

Hermenêutica Jurídica

Ementa:

Hermenêutica: definição. Hermenêutica Jurídica, interpretação jurídica, aplicação e integração do Direito: distinções e relações com a argumentação jurídica. Interpretação jurídica: a vontade da lei e do legislador. Tipos de interpretação jurídica. Algumas escolas jurídicas e suas Relações com a Hermenêutica Jurídica: escolas de estrito legalismo ou dogmatismo (Escola da Exegese, Escola dos

Pandectistas, Escola Analítica da Jurisprudência); escolas de reação ao estrito legalismo ou dogmatismo (Escola Histórica do Direito: Dogmática e Evolutiva, Escola Teleológica); escolas que se abrem a uma interpretação mais livre (Escola da Livre Pesquisa Científica, Escola do Direito Livre, Escola Sociológica Americana, Escola da Jurisprudência de Interesses, Escola Realista Americana, Escola Vitalista do Direito). A Hermenêutica Constitucional.

Bibliografia básica:

BOUCAULT, Carlos Eduardo de Abreu; RODRIGUEZ, José Rodrigo. **Hermenêutica plural: possibilidades jusfilosóficas em contextos imperfeitos.** 2ede. São Paulo : Martins Fontes, 2005. 481p.
MACCORMICK, Neil. **Argumentação jurídica e teoria do direito.** São Paulo : Martins Fontes, 2006. 391p.
MARMOR, Andrei. **Direito e interpretação.** São Paulo : Martins Fontes, 2000. 694p.

Bibliografia complementar:

ALEXY, Robert. **Teoria da argumentação jurídica: a teoria do discurso racional como teoria da fundamentação jurídica.** 2ed. São Paulo: Landy, 2005. 334p.
BAPTISTA, Raimundo Barbosa de Carvalho. **Da interpretação e integração de textos legais: Hermenêutica.** São Paulo : Iglu, 2006. 263p.
BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora.** 7ed. São Paulo : Saraiva, 2009. 432p.
DWORKIN, Ronald. **O império do Direito.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.
STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica Jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do direito.** 8ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009. 388p.

Teoria Geral do Direito

Ementa:

Teoria geral do direito: uma introdução. Direito como técnica social e como ciência. Teoria geral do direito e teorias do direito: normativismo; direito como ordenamento jurídico; direito como sistema; direito como discurso; direito como integridade; direito como decisão: a única resposta correta, a melhor resposta e como externalidade; direito como interpretação; direito como reflexo da luta de classes e direito como criação.

Bibliografia básica:

BERGEL, Jean-Louis. **Teoria geral do direito.** 2ed. São Paulo : Martins Fontes, 2006. 464p.
BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento Jurídico.** 10ed. Brasília : UnB, 1999. 184p.
HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade.** 2ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. 2v.
KELSEN, Hans. **Teoria Geral das normas.** Porto Alegre : Fabris, 1986. 509p.
LUHMANN, Niklas. **Sociologia do Direito.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983. 2v.

Bibliografia complementar:

DWORKIN, Ronald. **Império do Direito.** São Paulo : Martins Fontes, 2003. pp. 271-332.
KELSEN, Hans. **Teoria Pura do direito.** 8ed. São Paulo : Martins Fontes, 2011. 427p.
LYRA FILHO, Roberto. **Karl, meu amigo: diálogo com Marx sobre o direito.** Porto Alegre : Fabris, 1983. 95p.
ROCHA, L. S. (org.). **Teoria do Direito e do Estado.** Porto Alegre : Sergio Antonio Fabris Editor. 1994. Pp: 9-17.

WARAT, Luís Alberto; ROCHA, Leonel Severo. **O Direito e sua linguagem**. 2ed. Porto Alegre : Fabris, 1995. 120p.

Direito Penal I

Ementa:

Introdução – Teoria do Direito Penal – Teoria da norma penal – Princípios da legalidade – Aplicação e interpretação da lei penal – Teoria da Infração Penal – Erro, Responsabilidade, Co-autoria – Extinção de punibilidade – Ação Penal.

Bibliografia básica:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
GRECO, Rogério. **Curso de direito penal**. 15 ed. Niterói: Impetus, 2013.
JESUS, Damásio Evangelista de. **Direito penal**. 34 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Bibliografia complementar:

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
DOTTI, Rene Ariel. **Curso de direito penal: parte geral**. 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.
FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 41 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2013.
PRADO, Luiz Régis. **Curso de direito penal brasileiro**. 12 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
ZAFFARONI, Eugenio Raul; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. **Direito penal brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

Direito Civil I

Ementa:

Teoria Geral do Direito Civil: Conceito. Âmbito. Conteúdo. Teoria Geral do Ordenamento Jurídico: Fontes do Direito Civil. Normas Constitucionais aplicáveis. Princípios básicos. Teoria Geral da Relação Jurídica: estrutura, sujeito do Direito. Teoria Geral do objeto da Relação Jurídica: conteúdo, fenômeno da autonomia patrimonial. Negócio Jurídico: conceito, modalidades e vícios. Ineficácia e invalidade dos negócios jurídicos. Prescrição e Decadência.

Bibliografia básica:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**. 28ed. Sao Paulo: Saraiva, 2011.
RODRIGUES, Silvio. **Direito civil**. 34ed. Sao Paulo: Saraiva, 2007.
VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil: teoria geral**. 5ed. Sao Paulo: Atlas, 1999.

Bibliografia complementar:

COELHO, Fabio Ulhoa. **Curso de direito civil**. 4ed. Sao Paulo: Saraiva, 2010.
MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de direito civil**. 42ed. Sao Paulo: Saraiva, 2010.
NADER, Paulo. **Curso de direito civil**. 2ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.
TARTUCE, Flavio. **Direito civil**. 6ed. Sao Paulo: Método, 2010.
VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil**. 11ed. Sao Paulo: Atlas, 2011.

Teoria Geral da Constituição

Ementa:

Fundamentos Políticos e Jurídicos da Supremacia da Constituição. Conceito e classificação das normas constitucionais formais e naturais. Constituição em sentido estrito. Mutações constitucionais. Inconstitucionalidade da reforma formal da Constituição. Limites implícitos e explícitos da reforma da Constituição. Tipos de normas constitucionais. O controle de constitucionalidade das reformas constitucionais.

Bibliografia básica:

BARROSO, Luis Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 2ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; COELHO, Inocencio Martires. **Curso de direito constitucional**. 4ed. São Paulo: Saraiva.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 36ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

Bibliografia complementar:

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de direito constitucional**. 21ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 28ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. 35ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

TAVARES, Andre Ramos. **Curso de direito constitucional**. 8ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Constitucionalismo e direitos sociais no Brasil**. São Paulo: Acadêmica, 1989.

Direito Romano**Ementa:**

A sobrevivência do Direito Romano. História Interna e Externa do Direito Romano. O campo do Direito Romano. Das pessoas em geral. Direito de Família. Direito das Coisas. Direito das Obrigações. Direito das Sucessões. Direito de Ação.

Bibliografia básica:

ALVES, José Carlos Moreira. **Direito romano**. 15ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

CRETELLA JUNIOR, José. **Curso de direito romano**. 31ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

CRETELLA JUNIOR, José. **Direito romano moderno**. 11ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

Bibliografia complementar:

ABIB NETO. **Curso de direito romano**. São Paulo: Letras & Letras, 1993.

ALVES, José Carlos Moreira. **Direito Romano**. 15ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

FILARDI, Luiz Antonio. **Curso de Direito Romano**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

JUSTINIANO I, Imperador do Oriente. **Digesto de justiniano liber primus**: introdução ao direito romano. 5ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

MEIRA, Silvio Augusto Bastos. **Curso de direito romano**: história e fontes. São Paulo: Saraiva, 1975.

Direito Penal II**Ementa:**

Teoria do crime. Concurso. Teoria da sanção penal. Suspensão e livramento condicional. Medida de segurança. Crimes contra a pessoa e o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial. Crime contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e respeito aos mortos. Crimes contra os costumes.

Bibliografia básica:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal**. 15 ed. Niterói: Impetus, 2013.

JESUS, Damásio Evangelista de. **Direito penal**. 34 ed. São Paulo: Saraiva 2013.

Bibliografia complementar:

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DOTTI, Rene Ariel. **Curso de direito penal: parte geral**. 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Manual de direito penal**. 26 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código penal comentado**. 10 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

PRADO, Luiz Régis. **Curso de direito penal brasileiro**. 12 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

Direito Civil II

Ementa:

Direito das Obrigações: generalidades. Cláusula Penal. Efeitos das obrigações. Pagamento e suas conseqüências. Mora. Novação. Dação em pagamento. Compensação e compulsório. Confusão e Remissão de dívidas. Efeitos da inexecução das obrigações. Perdas e danos. Cessão de crédito. Obrigações por declaração unilateral de vontade – Obrigações por atos ilícitos.

Bibliografia básica:

AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Teoria geral das obrigações e responsabilidade civil**. 11ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LOTUFO, Renan; NANNI, Giovanni Ettore. **Obrigações**. São Paulo: Atlas, 2011.

NORONHA, Fernando. **Direito das obrigações**. 3ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

Bibliografia complementar:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: teoria geral das obrigações**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v. 2.

GAGLIANO, Pablo Stolze e FILHO, Rodolfo Pamplona. **Novo Curso de Direito Civil: Obrigações**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v.2.

GONÇALVES, Carlos Roberto São Paulo. **Direito Civil Brasileiro: Teoria geral das obrigações**. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v. 2.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil: parte geral das obrigações**. 30 ed. São Paulo: 2007. Saraiva. v. 2.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Código civil interpretado**. 3ed. São Paulo: Atlas, 2013.

Direito Empresarial I

Ementa:

Noções históricas e teóricas do Direito Empresarial no mundo e no Brasil. Distinção entre as expressões Direito Comercial e Direito Empresarial. Conceitos de comércio e de ato empresarial. Autonomia e fontes do Direito Empresarial. Atos de empresa em geral. A empresa., sociedade, estabelecimento e fundo empresariais. Registro público de empresas e atividades afins e da propriedade industrial. Microempresa. Nome empresarial. Sociedades não personificadas e personificadas à luz do Código Civil vigente e doutrina. Contratos empresariais ou mercantis e assemelhados.

Bibliografia básica:

BERTOLDI, Marcelo Marco; RIBEIRO, Marcia Carla Pereira. **Curso avançado de direito comercial**. 25ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de direito comercial: direito de empresa**. 25ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de direito comercial**. 30ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 2v.

Bibliografia complementar:

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial: direito de empresa**. 18ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v. 1.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial: direito de empresa**. 17ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 2.

FRAN, Martins. **Curso de Direito Comercial**. 36 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. **Direito Empresarial Esquematizado**. 4ed. São Paulo: Método, 2014.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de direito comercial**. 33ed. São Paulo: Saraiva, 2014. 1v.

Direito Constitucional I

Ementa:

Direito Constitucional Positivo. Preâmbulo da Constituição. Dos Princípios Fundamentais. Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Da Organização do Estado.

Bibliografia básica:

BARROSO, Luis Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 2ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; COELHO, Inocencio Martires. **Curso de direito constitucional**. 4ed. São Paulo: Saraiva.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 36ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

Bibliografia complementar:

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de direito constitucional**. 21ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 28ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. 35ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

TAVARES, Andre Ramos. **Curso de direito constitucional**. 8ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Constitucionalismo e direitos sociais no Brasil**. São Paulo: Acadêmica, 1989.

Direito Penal III

Ementa:

Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a Administração Pública. Contravenções Penais.

Bibliografia básica:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal**. 15 ed. Niterói: Impetus, 2013.

JESUS, Damásio Evangelista de. **Direito penal**. 34 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Bibliografia complementar:

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DOTTI, Rene Ariel. **Curso de direito penal: parte geral**. 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Manual de direito penal**. 26 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código penal comentado**. 10 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

PRADO, Luiz Régis. **Curso de direito penal brasileiro**. 12 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

Direito Civil III**Ementa:**

Teoria geral dos contratos. Contratos em espécies. Contratos inominados. Contratos comerciais. Mandato Mercantil. Novas figuras contratuais (leasing).

Bibliografia básica:

GOMES, Orlando. **Contratos**. 23 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil**. 25 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Bibliografia complementar:

FRANCO, Vera Helena de Mello. **Contratos: direito civil e empresarial**. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

LOPEZ, Teresa Ancona; AGUIAR JUNIOR, Ruy Rosado de. **Contratos empresariais: contratos de consumo e atividade econômica**. São Paulo: Saraiva, 2009.

PELUSO, Cezar; GODOY, Claudio Luiz Bueno de. **Código civil comentado: doutrina e jurisprudência**. 5 ed. Barueri: Manole, 2011.

RODRIGUES, Silvio. **Direito civil**. 34 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

TEPEDINO, Gustavo; MORAES, Maria Celina Bodin de; BARBOZA, Heloisa Helena. **Código civil interpretado conforme a Constituição da República**. 2 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

Direito Empresarial II**Ementa:**

Princípios gerais do Direito Cambiário. Títulos de crédito cambiais e cambiariformes. Títulos de emissão e saque. Requisitos essenciais. Dos atos cambiais. Aval e endosso. Protesto cambial e judicial dos títulos de crédito. Sustação do protesto. Títulos de crédito cambiais e cambiariformes mercantis, de financiamento e industriais. Títulos de créditos cambiariformes rurais e títulos de crédito à exportação e de investimento, armazeneiros e acionários. Participantes dos títulos de

credito como endossantes, endossatários, avalistas e beneficiários ou favorecidos dos títulos de crédito. Prescrição. Da ação cambiária. Das garantias, em geral, dos títulos de crédito. Direito Falimentar.

Bibliografia básica:

BERTOLDI, Marcelo Marco; RIBEIRO, Marcia Carla Pereira. **Curso avançado de direito comercial**. 25ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de direito comercial: direito de empresa. 25ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

FRAN, Martins. **Curso de Direito Comercial**. 36 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Amador Paes de. **Teoria e Prática dos Títulos de Crédito**. 29ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**: direito de empresa. 18ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v. 1.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**: direito de empresa. 18ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v. 3.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. **Direito Empresarial Esquematizado**. 4ed. São Paulo: Método, 2014.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de direito comercial**. 33ed. São Paulo: Saraiva, 2014. 1v.

Teoria Geral do Processo

Ementa:

Direito Processual: conceito. História. Fontes. Aplicação e Interpretação de lei processual. Jurisdição. Poder Judiciário. Ação: natureza jurídica, elementos, classificação, concurso e acumulação. Processo e procedimentos processuais.

Bibliografia básica:

CINTRA, Antonio Carlos de Araujo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Candido Rangel. **Teoria geral do processo**. 26ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

ROCHA, Jose de Albuquerque. **Teoria geral do processo**. 10ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, Ovidio A. Baptista da; GOMES, Fabio. **Teoria geral do processo civil**. 5ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

Bibliografia complementar:

ALVIM, J. E. Carreira. **Teoria geral do processo**. 13ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

CORREIA, Marcus Orione Goncalves. **Teoria geral do processo**. 5ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

EBLING, Claudia Marlise da Silva Alberton. **Teoria geral do processo**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

LACERDA, Galeno. **Teoria geral do processo**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

SILVA, Eduardo Silva da; MORAES, Henrique Choer; BARBIERI, Mauricio Lindenmeyer. **Teoria geral do processo**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 2002.

Direito Financeiro e Orçamentário

Ementa:

Política financeira: seus instrumentos e objetivos. Técnica financeira, creditícia, fiscal, seletividade e eficácia dos instrumentos; política de desenvolvimento, antiinflacionária de distribuição de renda, de estímulo e investimentos, etc. Técnica de repartição dos custos públicos: produtividade das várias espécies de receitas; opções e efeitos econômico-financeiros; restrições jurídicas. Técnica do Orçamento- Programa: forma, confecção, finalidade e execução do orçamento- programa. Técnica de crédito público: alternativas para utilização; efeitos econômico-financeiros e disciplina jurídica.

Bibliografia básica:

OLIVEIRA, R. F. **Curso de Direito Financeiro**. São Paulo: RT, 2006.
HARADA, K. **Direito Financeiro e Tributário**. São Paulo: Atlas, 2006.
TORRES, R. L. **Curso de Direito Financeiro e Tributário**. Rio de Janeiro: renovar, 2006.

Bibliografia complementar:

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de direito financeiro e de direito tributário**. 7ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
JARDIM, E. M. F. **Manual de Direito Financeiro e Tributário**. São Paulo: Saraiva, 2005.
JUND, Sergio. **Direito financeiro e orçamento público**. 2ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
OLIVEIRA, R. F.; HORVATH, E. **Manual de Direito Financeiro**. São Paulo: RT, 2003.
PASCOAL, Valdecir Fernandes. **Direito financeiro e controle externo**. 7ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

Direito do Trabalho I**Ementa:**

Fundamentos do Direito do Trabalho. Relação de Trabalho. Contrato de Trabalho. Execução do Contrato de Trabalho. Direito ao Salário. Direito ao descanso. Medicina e Segurança do trabalho.

Bibliografia básica:

CASSAR, Volia Bonfím. **Direito do trabalho**. 5ed. Niteroi: Impetus, 2011.
DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 12ed. São Paulo: LTR, 2013.
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho**. 25ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

Bibliografia complementar:

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de direito do trabalho**. 9ed. Sao Paulo: LTr, 2013.
CARRION, Valentin; CARRION, Eduardo. **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho**. 38. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
MAGANO, Octavio Bueno. **Manual de direito do trabalho**. 4. ed. São Paulo: LTr, 1993.
MARTINS, Sérgio Pinto. **Fundamentos de Direito do Trabalho**. 15ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.
RUSSOMANO, Mozart Victor. **Curso de Direito do Trabalho**. 9ed. Curitiba: Jurua, 2009.

Direito Processual Penal I**Ementa:**

Noções gerais do Processo Penal. Inquérito Policial. Sujeitos da relação processual. Ação Penal. Ação Civil ex-delicto. Competência. Incidentes processuais. Citação e intimação. Prova. Prisão. Sentença.

Bibliografia básica:

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 14. Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
GRECO FILHO, Vicente. **Manual de processo penal**. 14. Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de processo penal comentado**. 11. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

Bibliografia complementar:

CARNELUTTI, Francesco. **As misérias do processo penal**. 7. Ed. Campinas (SP): Bookseller, 2008.
JESUS, Damasio Evangelista de. **Código de processo penal anotado**. 25. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
OLIVEIRA, Eugenio Pacelli de. **Curso de processo penal**. 7. Ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.
PIERANGELI, José Henrique. **Códigos penais no Brasil: evolução história**. 2. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.
TUCCI, Roberto Lauria. **Direito intertemporal e a nova codificação processual penal**. São Paulo: José Bushatsky, 1975.

Direito Civil IV**Ementa:**

Direito das Coisas: generalidades. Posse. Proteção Possessória. Propriedade. Usucapião. Direitos de vizinhança. Condomínio. Propriedade Horizontal. Direito Autoral. Direitos Reais sobre coisa alheia.

Bibliografia básica:

GOMES, Orlando. **Direitos reais**. 21 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.
PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil**. 25 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.
VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Bibliografia complementar:

ARAÚJO, Fábio Caldas de. **Posse**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
BESSONE, Darcy. **Direitos reais**. São Paulo: Saraiva, 1988.
PELUSO, Cezar; GODOY, Claudio Luiz Bueno de. **Código civil comentado: doutrina e jurisprudência**. 5 ed. Barueri: Manole, 2011.
RODRIGUES, Silvio. **Direito civil**. 34 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
TEPEDINO, Gustavo; MORAES, Maria Celina Bodin de; BARBOZA, Heloisa Helena. **Código civil interpretado conforme a Constituição da República**. 2 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

Direito Constitucional II**Ementa:**

Da organização dos Poderes. Da defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Da ordem social. Das disposições constitucionais gerais e transitórias.

Bibliografia básica:

BARROSO, Luis Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 2ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; COELHO, Inocêncio Martires. **Curso de direito constitucional**. 4ed. São Paulo: Saraiva.
SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 36ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

Bibliografia complementar:

BARROSO, Luis Roberto. **O Controle de constitucionalidade no direito brasileiro**. 5ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de direito constitucional**. 21ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 28ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. 35ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

TAVARES, Andre Ramos. **Curso de direito constitucional**. 8ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

Direito Processual Civil I**Ementa:**

Processo de conhecimento. Processo e Procedimento Sumaríssimo. Procedimento Ordinário. Saneamento do processo. Provas. Audiência. Sentença e coisa julgada. Processo nos Tribunais.

Bibliografia Básica

DIDIER JUNIOR, Fredie; ZANETI JUNIOR, Hermes. **Curso de direito processual civil**. 5ed. Salvador: JusPodivm, 2010.

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Curso de direito processual civil**. 7ed. São Paulo: Atlas, 2011.

THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. 54ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

Bibliografia Complementar:

ALVIM, Arruda. **Manual de direito processual civil**. 16ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso sistematizado de direito processual civil**. 4ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

GONCALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo curso de direito processual civil**. 8ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

GRECO FILHO, Vicente. **Direito processual civil brasileiro**. 22ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SANTOS, Ernane Fidelis dos. **Manual de direito processual civil**. 15ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Direito Tributário**Ementa:**

Fundamentos do Direito Tributário. Receita Pública e Tributos. Obrigações Tributárias e Fato Gerador. Lançamento e Créditos Tributários. Exclusão. Suspensão e Extinção de Crédito Tributário. Repetição de indébito. Garantias e privilégios de crédito tributário. Administração Tributária. Repetição de receita.

Bibliografia Básica:

BENEMANN, Saul N. **Compêndio de direito tributário e ciência das finanças**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997. 155p.

CARRAZZA, Roque Antonio. **Curso de direito constitucional tributário**. 28ed. São Paulo: Malheiros, 2012. 1233p.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. 23ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 694p.

Bibliografia Complementar

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de direito financeiro e de direito tributário**. 7ed. São Paulo: Saraiva, 1999. 272p.

LANA, Cicero Marcos Lima. **Os Crimes de sonegação fiscal e o princípio da intervenção mínima**. Campinas (SP): Impactus, 2006. 122p.

MACHADO, Hugo de Brito. **Comentários ao código tributário nacional**. 2ed. São Paulo: Atlas, 2008. 3v.

TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de direito financeiro e tributário**. 7ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000. 394p.

VELLOSO, Andrei Pitten. **Constituição tributaria interpretada**. São Paulo: Atlas, 2007. 465p.

Estágio Curricular Supervisionado I

Ementa:

Persecução Penal. Lei Orgânica de Justiça e do Ministério Público. Defesa Criminal. Procedimentos. Recursos Criminais. Hábeas Corpus. Incidentes de execução. A Lei de Execução Penal.

Bibliografia Básica:

BONFIM, Edilson Mougenot. **Curso de processo penal**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

OLIVEIRA, Eugenio Pacelli de. **Curso de processo penal**. 7 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

Bibliografia Complementar

AMARO, Mohamed. **Código de processo penal na expressão dos tribunais**. São Paulo: Saraiva, 2007.

JESUS, Damásio Evangelista de. **Código de processo penal anotado**. 25 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Código de processo penal interpretado**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de processo penal comentado**. 11 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Código de processo penal comentado**. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

Direito do Trabalho II

Ementa:

Direito ao emprego. Direito Coletivo do Trabalho. Organização Profissional do Trabalho. Organização Administrativa do Trabalho. Organização Internacional do Trabalho.

Bibliografia básica:

CASSAR, Volia Bonfim. **Direito do trabalho**. 5ed. Niteroi: Impetus, 2011.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 12ed. São Paulo: LTR, 2013.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho**. 25ed. Sao Paulo: Saraiva, 2010.

Bibliografia complementar:

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de direito do trabalho**. 9ed. Sao Paulo: LTr, 2013.

CARRION, Valentin; CARRION, Eduardo. **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho**. 38. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
MAGANO, Octavio Bueno. **Manual de direito do trabalho**. 4. ed. São Paulo: LTr, 1993.
MARTINS, Sérgio Pinto. **Fundamentos de Direito do Trabalho**. 15ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.
RUSSOMANO, Mozart Victor. **Curso de Direito do Trabalho**. 9ed. Curitiba: Jurua, 2009.

Direito Processual Penal II

Ementa:

Procedimento Comum. Procedimento do Tribunal do Júri. Juizado Especial Criminal. Procedimentos Especiais. Processo da competência originária dos Tribunais. Nulidades no Processo Penal. Recursos no Processo Penal. Execução Penal.

Bibliografia básica:

GRECO FILHO, Vicente. **Manual de processo penal**. 14. Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de processo penal comentado**. 11. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.
CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 14. Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

Bibliografia complementar:

GRINOVER, Ada Pellegrini; FERNANDES, Antonio Scarance; GOMES FILHO, Antonio Magalhaes. **As Nulidades no processo penal**. 11ed. Sao Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. 300p.
JESUS, Damásio Evangelista de. **Código de processo penal anotado**. 25. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
OLIVEIRA, Eugenio Pacelli de. **Curso de processo penal**. 7. Ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.
PIERANGELI, José Henrique. **Códigos penais no Brasil: evolução história**. 2. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.
TUCCI, Roberto Lauria. **Direito intertemporal e a nova codificação processual penal**. São Paulo: José Bushatsky, 1975.

Direito Civil V

Ementa:

Família: generalidades. Casamento: Teorias. União estável. Efeitos jurídicos do casamento. Regime de bens entre os cônjuges. Dissolução do matrimônio. Parentesco. Filiação. Adoção. Pátrio-Poder. Alimentos. Tutela, Curatela. Ausência.

Bibliografia básica:

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito civil**. 4ed. Sao Paulo: Saraiva, 2010. 5v.
LOBO, Paulo Luiz Netto. **Código civil comentado: direito de familia, relacoes de parentesco, direito patrimonial**. Sao Paulo: Atlas, 2003. 16v.
LOUREIRO, Luiz Guilherme. **Curso completo de direito civil**. 3ed. Sao Paulo: Metodo, 2010.

Bibliografia complementar:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil**. 29ed. São Paulo: Saraiva, 2014. V. 6.
GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**. 11ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v.6
RODRIGUES, Silvio. **Direito civil**. 28 ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v. 6.
TARTUCE, Flávio. **Direito civil**: 9ed. São Paulo: Método. 2014. v. 5.
VENOSA, Silvio. **Direito civil**. 14ed. São Paulo: Atlas, 2014. v.6.

Direito Administrativo I

Ementa:

Poderes e funções do estado. Funções administrativas. Direito administrativo. Fontes do direito administrativo. Evolução histórica do direito administrativo. Administração pública. Organização administrativa. Atos administrativos. Contratos administrativos.

Bibliografia básica:

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. **Curso de direito administrativo**. 7. Ed. Salvador: jusPodivm, 2009.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 26. Ed. São Paulo: Atlas, 2013.
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 30. Ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

Bibliografia complementar:

GASPARINI, Diógenes. **Direito administrativo**. 16. Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
LAZZARINI, Álvaro. **Estudos de direito administrativo**. 2ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Grandes temas de direito administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2009. 390p.
MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Curso de Direito Administrativo**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1976.
PESSOA, Robertonio Santos. **Curso de Direito Administrativo Moderno**. Brasília: Consulex, 2000.

Direito Processual Civil II

Ementa:

Processo de Execução. Embargo do Devedor. Remição. Precatório. Processo e medidas cautelares. Ação cautelar inominada. Arrolamento de bens.

Bibliografia básica:

BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso sistematizado de direito processual civil: tutela jurisdicional executiva**. 2ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
DOWER, Nelson Godoy Bassil. **Curso básico de direito processual civil: processo de execução e processo cautelar**. São Paulo: Nelpa, 1994.
SILVA, Ovidio A. Baptista da. **Do Processo cautelar**. 4ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

Bibliografia complementar:

ASSIS, Araken de. **Da Execução de Alimentos e Prisão do Devedor**. 8ª Ed. São Paulo: RT, 2013
GONCALVES, Marcus Vinicius Rios. **Processo de execução e cautelar**. 3ed. São Paulo: Saraiva, 2002
MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHAR, Sérgio Cruz. **Curso de Processo Civil – Processo Cautelar**. São Paulo: RT, 2012.
THEODORO JÚNIOR, Humberto. **A Reforma da Execução do Título Extrajudicial**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Processo Cautelar – Com análise da reforma do CPC**. São Paulo: Leud, 2010

Direito Processual do Trabalho

Ementa:

Justiça do Trabalho: Noções fundamentais. Processo do Trabalho: generalidades. Recursos Trabalhistas. Recursos de Competência dos Tribunais. Processo de Execução Trabalhista e Medidas Cautelares no Processo Trabalhista. Procedimentos Especiais.

Bibliografia básica:

BEZERRA, Carlos Henrique. **Curso de direito processual do trabalho**. 5ed. Sao Paulo: LTR, 2007.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito processual do trabalho**. 25ed. Sao Paulo: Saraiva, 2010.

SARAIVA, Renato. **Curso de direito processual do trabalho**. 10ed. Sao Paulo: Metodo, 2013.

Bibliografia complementar:

BARROS, Alice Monteiro de (coordenadora). **Compêndio de Direito Processual do trabalho**. São Paulo: LTr, 1998.

CARRION, Valentin; CARRION, Eduardo. **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho**. 38. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

COSTA, Coqueijo. **Direito Processual do trabalho**. São Paulo: Forense, 1998.

GIGLIO, Wagner D. **Direito Processual do Trabalho**. 16ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito Processual do Trabalho**. 35ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Estágio Curricular Supervisionado II

Ementa:

Audiência. Procedimento Sumaríssimo. Processo de Execução. Recursos Cíveis. Registro de Imóveis. Execução Fiscal. Processo Falimentar. Execução cambiária. Execução Extrajudicial.

Bibliografia básica:

BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso sistematizado de direito processual civil**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

DINAMARCO, Candido Rangel. **Execução civil**. 6 ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

SILVA, Ovídio A. Baptista da. **Curso de processo civil**. 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

Bibliografia complementar:

BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso sistematizado de direito processual civil: tutela jurisdicional executiva**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CARVALHO, Rodrigo Benevides de. **O concurso particular de credores na execução**. São Paulo: Atlas, 2008.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sergio Cruz. **Curso de processo civil**. 9 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

SILVA, Bruno Mattos e. **Execução fiscal: lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, interpretada: doutrina e jurisprudência do STJ**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; ALMEIDA, Flavio Renato Correia de; TALAMINI, Eduardo. **Curso avançado de processo civil**. 11 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

Direito Internacional Público

Ementa:

Introdução e desenvolvimento histórico do D.I.P. Sujeitos de Direito Público. Organizações Internacionais. Proteção Internacional dos Direitos Humanos. Declarações, Tratados e Convenções. Relações Internacionais. Chefes de Estado. Ministro das Relações Exteriores. Agentes não diplomáticas. D.I.P e a Ecologia. Conflitos internacionais e suas soluções.

Bibliografia básica:

ACCIOLY, Hildebrando. **Manual de direito internacional público**. 19ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

DEL OLMO, Florisbal de Souza. **Curso de direito internacional público**. 4ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Direito internacional público: parte geral**. 4ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

Bibliografia complementar:

ARAÚJO, Luis Ivani de Amorim. **Curso de direito internacional público**. 10ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

HUSEK, Carlos Roberto. **Curso de direito internacional público**. 6ed. São Paulo: LTR, 2006.

LITRENTO, Oliveiros. **Curso de direito internacional público**. 4ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. **Curso de direito internacional público**. 12ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2000.

PEREIRA, Bruno Yepes. **Curso de direito internacional público**. 3ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

Direito Civil VI**Ementa:**

O Fenômeno Sucessório. Fundamentos Científicos do Direito Sucessório: (Teorias). Sucessão legal: Capacidade jurídica, Transmissão da herança, Vocação hereditária, Herança jacente, Direito de representação. Sucessão Testamentária: capacidade jurídica, testamento, requisitos, espécies, testamentos especiais, legados. Inventário e Partilha: colação, sonegados, pagamento das dívidas, garantia do quinhão hereditário, sobrepartilha, arrolamento.

Bibliografia básica:

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. 10. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil**. 42. Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

TARTUCE, Flavio. **Direito Civil**. São Paulo: Método, 2010.

Bibliografia complementar:

CARVALHO, Dimas Messias de; CARVALHO, Dimas Daniel de. **Direito das sucessões, inventário e partilha**: teoria, jurisprudência e esquemas práticos. Atualizado conforme a lei nº 11.441/2007. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

COSTA, Nelson Nery. **Direito civil constitucional brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

HIRONAKA, Giselda. **Morrer e Suceder**. São Paulo: RT, 2011.

OLIVEIRA, Antonio José Tiburcio de. **Direito das sucessões**: estudo comparativo entre o código de 1916 e o código civil vigente lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil**. São Paulo: Max Limonad, 1972.

Direito Administrativo II

Ementa:

Serviços Públicos. Serviços delegados e particulares. Convênios e consórcios Administrativos. Serviços Públicos. Deveres e Direitos dos Servidores Públicos. Poder de Polícia. O Domínio Público. A Intervenção na Propriedade e no Domínio Econômico. A Responsabilidade Civil da Administração. Processo Administrativo. Recursos Administrativos. O controle da Administração.

Bibliografia básica:

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. **Curso de direito administrativo**. 7. Ed. Salvador: JusPodivm, 2009.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 26. Ed. São Paulo: Atlas, 2013.
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 30. Ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

Bibliografia complementar:

GASPARINI, Diógenes. **Direito administrativo**. 16. Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
LAZZARINI, Álvaro. **Estudos de direito administrativo**. 2ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Grandes temas de direito administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2009. 390p.
MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Curso de Direito Administrativo**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1976.
PESSOA, Robertonio Santos. **Curso de Direito Administrativo Moderno**. Brasília: Consulex, 2000.

Direito Internacional Privado

Ementa:

Contrato especial de ordem jurídica: conflitos de leis. Condições Jurídicas do Estrangeiro. Sistema Brasileiro de Direito Internacional Privado. Perspectivas às transformações da sociedade internacional.

Bibliografia básica:

CASTRO, Amílcar de. **Direito Internacional Privado**. 5ed. Rio de Janeiro: Revista Forense, 2001.
DOLINGER, Jacob. **Direito Internacional Privado**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.
RECHSTEINER, Beat Walter. **Direito Internacional - teoria e prática**. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Bibliografia complementar:

BASSO, Maristela. **Curso de direito internacional privado**. São Paulo: Atlas, 2009.
GODINHO, Thiago José Zanini. **Elementos de Direito Internacional Público e Privado**. São Paulo: Atlas, 2013.
PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. **Direito Internacional Público e Privado**. 4 ed. Salvador: JusPodivm, 2012.
STRENGER, Irineu. **Curso de direito internacional privado**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.
VALLADÃO, Haroldo. **Direito internacional privado**. 4ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1974.

Estágio Curricular Supervisionado III

Ementa:

Ação trabalhista. Convenção Coletiva de Trabalho. Dissídio Coletivo. Convenções Internacionais (OIT). Juízo Arbitral.

Bibliografia básica:

BEZERRA, Carlos Henrique. **Curso de direito processual do trabalho**. 5ed. São Paulo: LTR, 2007.

OLIVEIRA, Aristeu de. **Manual de prática trabalhista**. 48ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SARAIVA, Renato. **Curso de direito processual do trabalho**. 10ed. São Paulo: Metodo, 2013.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, André Luiz Paes de. **Prática Trabalhista**. 7ed. São Paulo: Metodo, 2014.

CARRION, Valentin; CARRION, Eduardo. **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho**. 38. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 13ed. São Paulo: LTR, 2014.

MARTINS, Sergio Pinto. **Prática Trabalhista**. 3ed. São Paulo: Atlas, 2014.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito processual do trabalho**. 28ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Técnicas de Elaboração de Monografia Jurídica

Ementa:

A pesquisa jurídica: conceito, classificação, método. Etapas da pesquisa. Elaboração de um projeto de pesquisa: estrutura e conteúdo: problema de pesquisa, hipótese/pressuposto, objetivos: geral e específicos, referencial teórico, metodologia. Ética na pesquisa. O campo de pesquisa. O relatório de pesquisa. O texto monográfico.

Bibliografia básica:

CARNEIRO, Maria Francisca. **Metodologia da aprendizagem e da pesquisa jurídica**. Curitiba: Juruá, 2000.

KOCHE, Jose Carlos. **Pesquisa científica: critérios epistemológicos**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005.

NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. **Manual da monografia jurídica**. 2ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

Bibliografia complementar:

BECKER, Howard S. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

CARNEIRO, Maria Francisca. **Pesquisa Jurídica: metodologia da aprendizagem: aspectos, questões e aproximações**. 6ed. Curitiba : Juruá, 2009. 159p.

MOROZ, Melania; GIANFALDONI, Monica Helena Tieppo Alves. **O Processo de pesquisa: iniciação**. 2ed. Brasília: Liber Livro, 2006.

PADUA, Elisabete Matallo Marchesini. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 6ed. Campinas (SP): Papyrus, 2000.

TURATO, Egberto Ribeiro. **Tratado da metodologia da pesquisa clinico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas**. 3ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2008.

Estágio Curricular Supervisionado IV

Ementa:

Processo Administrativo. Mandado de Segurança. Hábeas-Data. Mandado de Injunção. Ação direta de inconstitucionalidade. Ação Popular. Processo Judicial. Processo Legal.

Bibliografia básica:

ALENCAR, Rosmar Antonni Rodrigues Cavalcanti de. **Ação popular: rumo a efetividade do processo coletivo**. 2ed. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2008.

MARTINS, Ives Gandra da Silva; MENDES, Gilmar Ferreira. **Controle concentrado de constitucionalidade**: comentários à lei n. 9.868, de 10/11/1999. 3ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ROSARIO, Jose Orlando Ribeiro. **Coisa julgada nas ações coletivas**: ação civil pública, ação popular, mandado de segurança coletiva. São Paulo: 1998.

Bibliografia complementar

BARROSO, Luis Roberto. **O Controle de constitucionalidade no direito brasileiro**. 5ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

CAPPELLETTI, Mauro. **O Controle judicial de constitucionalidade das leis no direito comparado**. 2ed. Porto Alegre: Fabris, 1999.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. **O Controle da constitucionalidade das leis e o poder de tributar na Constituição de 1988**. 3ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Mandado de segurança e ação popular**. 23ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

NOHARA, Irene Patrícia; MARRARA, Thiago. **Processo administrativo**: lei nº 9.784/99 comentada. São Paulo: Atlas, 2009.

Redação e Defesa da Monografia Jurídica**Ementa:**

Relatório de pesquisa. Texto monográfico. Introdução e projeto de pesquisa. Equacionamento dos objetivos específicos com a estrutura do texto. Conclusão: os objetivos alcançados, os resultados e os problemas enfrentados. Comunicação da pesquisa. Defesa pública perante banca examinadora.

Bibliografia básica:

COSTA, Nelson Nery. **Monografia final**: exigência de graduação em curso de direito. 3ed. Teresina: UFPI, 2003. 60p.

GARCEZ, Lucilia Helena do Carmo. **Técnica de redação**: o que é preciso saber para bem escrever. 3ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012. 150p.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **A Monografia jurídica**. 8ed. Porto Alegre: Revista dos Tribunais, 2008. 419p.

Bibliografia complementar:

HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, Joao Bosco. **Monografia no curso de direito**: como elaborar o trabalho de conclusão de curso (TCC). 6ed. São Paulo: Atlas, 2008. 316p.

HUBNER, Maria Martha. **Guia para elaboração de monografias e projetos de dissertação de mestrado e doutorado**. São Paulo: Pioneira, 1998. 76p.

NUNES, Rizzatto. **Manual da monografia jurídica**: como se faz: uma monografia, uma dissertação, uma tese. 8ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 314p.

OLIVEIRA, Olga Maria Boschi Aguiar de. **Monografia jurídica**: orientações metodológicas para o trabalho de conclusão de curso. 2ed. Porto Alegre: Síntese, 2001. 148p.

TACHIZAWA, Takeshy; MENDES, Gildasio. **Como fazer monografia na prática**. 7ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. 146p.

5.2. Ementas – disciplinas optativas

Direito Processual Constitucional

Ementa:

Conceito e princípios do Direito Processual Constitucional. Os remédios constitucionais: habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, ação popular, ação civil pública, mandado de injunção. Justiça constitucional: o sistema brasileiro de controle de constitucionalidade.

Bibliografia básica:

CRETELLA JÚNIOR, José. **Os Writs na Constituição de 1988**: mandado de segurança, mandado de segurança coletivo, mandado de injunção, habeas data, habeas corpus. 2ed. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 1996.

DIDIER JÚNIOR, Fredie; BUENO, Cassio Scarpinella; CUNHA JÚNIOR, Dirley da; BARBOSA, Edmilson. **Ações constitucionais**. 4ed. Salvador: JusPodivm, 2009.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Mandado de segurança e ação popular**. 23ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

Bibliografia complementar:

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. **Direito processual constitucional**: aspectos contemporâneos. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso sistematizado de direito processual civil**: direito processual coletivo e direito processual público. 3ed. São Paulo: Saraiva, 2013. vol. 2, tomo III.

DANTAS, Ivo. **Novo Processo Constitucional Brasileiro**. Curitiba: Juruá, 2010.

MEDINA, Paulo Roberto de Gouvêa. **Direito Processual Constitucional**. 5ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Mandado de Segurança e Ações Constitucionais**. 35 ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

Direito da Criança e do Adolescente

Ementa:

Direito da criança e do adolescente no Brasil e nos diplomas internacionais. O princípio da proteção integral. O Estatuto da Criança e do Adolescente no quadro dos microsistemas e unidades normativas na era da decodificação. Defesa do nascituro. Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade. Direito à convivência familiar comunitária. Da família natural e da família substituta. Guarda no Código Civil e no ECA. Tutela no Código Civil e no ECA. Adoção. Medidas socioeducativas. *Bullyng*. Crimes e infrações administrativas.

Bibliografia Básica:

ALVES, Roberto Barbosa. **Direito da infância e da juventude**. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

CURY, Munir. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**. 11ª ed.. São Paulo, Malheiros, 2011.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. 11. Ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Leis, Decretos. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 7. Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

CALLIGARIS, Contardo. **A Adolescência**. 2. Ed. São Paulo: PubliFolha, 2009.

ELIAS, Roberto João. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. 4ª ed.. São Paulo, Saraiva, 2010.

VERONESE, Josiane Rose Petry; SILVEIRA, Mayra. **Estatuto da criança e do adolescente comentado**. Florianópolis, Conceito, 2011

VOLPI, Mario. **O Adolescente e o ato infracional**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 1999.

Direitos Humanos

Ementa:

Direitos Humanos: aspectos filosóficos, históricos, jurídicos, políticos e sociais. As Declarações Internacionais. Direitos Humanos e a Constituição Brasileira de 1988. Direitos Humanos no Brasil: atualidade e desafios. Direitos Humanos e Hermenêutica. Direitos Humanos e a Legislação Processual Brasileira.

Bibliografia Básica:

COMPARATO, Fabio Konder. **A Afirmação histórica dos direitos humanos**. 7ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 589p.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Democracia em pedaços**: direitos humanos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 262p.

MARQUES, Joao Benedito de Azevedo. **Democracia, violência e direitos humanos**. 5ed. São Paulo: Cortez, 1991. 102p. (Polêmicas do Nosso Tempo, 2)

Bibliografia complementar:

CANTERJI, Rafael Braude. **Política Criminal e Direitos Humanos**. Porto Alegre : Livraria do Advogado, 2007.

CAZETTA, Ubiratan. **Direitos humanos e federalismo**: o incidente de deslocamento de competência. São Paulo: Atlas, 2009. 238p.

CLEVE, Clemerson Merlin; SARLET, Ingo Wolfgang; PAGLIARINI, Alexandre Coutinho. **Direitos humanos e democracia**. Rio de Janeiro: Forense, 2007. 574p.

KLEVENHUSEN, Renata Braga. **Direitos fundamentais e novos direitos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005. 174p.

VILLEY, Michel. **O Direito e os direitos humanos**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007. 181p.

Interesses Difusos e Coletivos

Ementa:

Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos. A proteção ao interesse da coletividade. Direito Comparado. As “class actions” do Direito Norte-Americano. Historia da tutela dos direitos coletivos e difusos. Evolução. Mecanismos. Abrangência.

Bibliografia básica:

FILOMENO, José Geraldo Brito. **Manual de Direitos do Consumidor**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **A Defesa dos interesses difusos em juízo**. 11ed. Sao Paulo: Saraiva, 1999.

SMANIO, Gianpaolo Poggio. **Interesses difusos e coletivos**. 8ed. Sao Paulo: Atlas, 2007. 174p. (Fundamentos Jurídicos, 15)

Bibliografia complementar:

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992;

GIDI, Antônio, A. **Class Action como instrumento de tutela coletiva dos direitos**: as ações coletivas em uma perspectiva comparada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; MULLENIX, Linda. **Os processos coletivos nos países de civil law e common law**: uma análise de direito comparado. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2008.

LENZA, Pedro. **Teoria geral da ação civil pública**. São Paulo: RT, 2003;

MELO, Nehemias Domingos de. **Da defesa do consumidor em juízo**: por danos causados em acidentes de consumo. Sao Paulo: Atlas, 2010.

ZAVASCKI, Teori. **Processo coletivo: tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos**. 2. ed. São Paulo: RT, 2007.

Biodireito

Ementa:

Direito e Bioética. Princípios da Bioética. Nascimento ao Biodireito. Conceito e princípios do Biodireito. Ser humano e natureza. Inseminação artificial e fertilização in vitro. Procriação assistida. Clonagem. Transplante de órgãos e tecidos. Aborto e eutanásia. Transgênicos.

Bibliografia básica:

DINIZ, Débora. **Ética em pesquisa**: temas globais. Brasília: Letras Livres, 2008.

LOUREIRO, Claudia Regina Magalhães. **Introdução ao biodireito**. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARCHETTO, Patricia Borba; BERGEL, Salvador Dario; FALAVINHA, Diego Herminio Stefanutto. **Temas fundamentais de direito e bioética**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

Bibliografia complementar:

ANSPACH, Renee R. **Deciding who lives**: fateful choices in the intensive-care nursery. Berkeley: University of California, 1997.

FROSINI, Vittorio. **Derechos humanos y bioetica**. Bogotá: Editorial Temis, 1997.

MORITZ, Rachel Duarte. **Conflitos bioéticos do viver e do morrer**. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 2011.

NERI, Demétrio. **A bioética em laboratório**: células-tronco, clonagem e saúde humana. São Paulo: Loyola, 2004.

SEGRE, Marco; COHEN, Claudio. **Bioética**. 3 ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

Linguagem e Argumentação Jurídicas

Ementa:

O raciocínio e sua expressão Os Argumentos jurídicos (teoria da argumentação jurídica). Silogismo. Sofisma e Refutação. Lógica e Linguagem. A persuasão da linguagem: retórica. Linguagem jurídica e seus aspectos culturais, sociais, econômicos e ideológicos. Como acusar. Como defender. Postura e Voz. Laboratório de argumentação. Principais concepções argumentativas no Direito (Wiehweg, Perelman, Alexy).

Bibliografia básica:

ALEXY, Robert. **Teoria da Argumentação Jurídica**. Tradução Zilda Hutchinson Schild Silva. São Paulo: Landy, 2010.

ATIENZA, Manuel. **Razões do Direito**: teorias da argumentação jurídica. São Paulo: Landy, 2000.

CAFFÉ ALVES, Alaor. **Lógica. Pensamento formar e argumentação**. Elementos para o discurso jurídico. São Paulo: Edipro, 2000.

Bibliografia complementar:

FAGUNDES, Valda Oliveira. **O discurso no júri**. São Paulo: Cortez, 2010.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Direito, retórica e comunicação**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

MACCORMICK, Neil. **Argumentação jurídica e teoria do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 391p.

POLITO, Reinaldo. **Como falar corretamente e sem inibições**. São Paulo: Saraiva, 2004.

WARAT, Luis Alberto. **Introdução geral ao direito**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1997. 3v.

Direito Agrário**Ementa:**

Noções Preliminares. A Reforma Agrária. Princípio e Definições do Estatuto da Terra. Tributação da Terra e sobre a Atividade Rural. Contratos Agrários. Assistência Financeira e Creditícia.

Bibliografia básica:

BORGES, Paulo Torminn. **Institutos básicos do direito agrário**. 11ed. São Paulo: Pro-Livro, 1998. 272p.

FERREIRA, Pinto. **Curso de direito agrário**. 3ed. São Paulo: Saraiva, 1998. 478p.

LIMA, Raphael Augusto de Mendonca. **Direito agrário**. 2ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. 494p.

Bibliografia complementar:

BORGES, Paulo Torminn. **O Imóvel rural e seus problemas jurídicos**. São Paulo: Pro-Livro, 1978. 205p.

MARQUES, Benedito Ferreira. **Direito agrário brasileiro**. 9ed. São Paulo: Atlas, 2011. 260p.

OPITZ, Silvia C. B; OPITZ, Oswaldo. **Curso completo de direito agrário**. 5ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 484p.

SANTOS NETO, Arthur Pio dos. **Instituições de Direito Agrário**. Recife: Universitário, 1979. 254p.

PAIXAO, Floriceno. **Trabalho e previdência social rural**. 2ed. Porto Alegre: Síntese, 1977. 270p.

Direito Econômico**Ementa:**

Princípios Fundamentais. Direito Econômico Público e Privado. Atividades Econômica-Financeiras do Estado. Planejamento Econômico Governamental. Técnicas de Produção. Crédito Oficial. A agricultura como desenvolvimento econômico.

Bibliografia básica:

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de direito econômico**. São Paulo: Celso Bastos, 2003.

DANTAS, Ivo. **Direito constitucional econômico**. Curitiba: Juruá, 2000. 178p.
DERANI, Cristiane. **Direito ambiental econômico**. 3ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

Bibliografia complementar:

ARAGAO, Alexandre Santos de. **Agências reguladoras e a evolução do direito administrativo econômico**. 2ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.
CAMARGO, Ricardo Antonio Lucas. **Direito econômico: aplicação e eficácia**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2001.
CARDOZO, Jose Eduardo Martins; QUEIROZ, Joao Eduardo Lopes; SANTOS, Marcia Walquiria Batista dos. **Curso de direito administrativo econômico**. São Paulo: Malheiros, 2006.
NUSDEO, Fabio. **Curso de economia: introdução ao direito econômico**. 7ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. 428p.
SCHAPIRO, Mario Gomes. **Direito econômico: direito e economia na regulação setorial**. São Paulo: Saraiva, 2010.

Direito Bancário

Ementa:

Princípios Fundamentais. Legislação Bancário do País. Contratos Bancários. A atuação do Banco Central. As Garantias Operacionais dos Bancos. Sistema Financeiro Nacional.

Bibliografia básica:

ABRÃO, Nelson. **Direito bancário**. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
ATHAYDE, Augusto de. **Curso de direito bancário**. Coimbra: Coimbra, 1999.
SALOMÃO NETO, Eduardo. **Direito bancário**. São Paulo: Atlas, 2005.

Bibliografia complementar:

AGUIAR JUNIOR, Ruy Rosado de. **Os contratos bancários e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça**. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 2003.
CANTO, Jorge Luiz Lopes do. **Entre o público e o privado: a regulação dos juros bancários e a sua aplicação**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.
MARTINS, Jonair Nogueira. **Prática forense de direito bancário: ações revisionais**. Bauru: EDIPRO, 1999.
_____. **Prática forense de direito bancário: leasing**. Bauru: EDIPRO, 1999.
OLIVEIRA, Celso Marcelo de. **Limite constitucional dos juros bancários: doutrina e jurisprudência**. Campinas (SP): LZN, 2001.

Direito do Consumidor

Ementa:

Noções fundamnetais. Relações de consumo. Qualidade de produtos e serviços. Prevenção e reparação de danos. Práticas comerciais. Proteção contratual. Contrato de adesão. Processo e funções administrativas. Infrações penais. Defesa do consumidor em juízo.

Bibliografia básica:

FILOMENO, José Geraldo Brito. **Manual de direitos do consumidor**. 10ed. São Paulo: Atlas, 2010.
FILOMENO, José Geraldo Brito. **Curso de direitos do consumidor**. 2ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NUNES, Rizzato. **Curso de direito do consumidor**. 6ed. Sao Paulo: Saraiva, 2011.

Bibliografia complementar:

BENJAMIM, Antônio Herman V.; MARQUES, Claudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe. **Manual do direito do consumidor**. 5ed. São Paulo: RT, 2013.

DENARI, Zelmo. **Código Brasileiro de Defesa do Consumidor**: Comentado pelos autores do anteprojeto. 8ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

GARCIA, Leonardo de Medeiros. **Direito do Consumidor**: Código comentado e jurisprudência. 9ed. Niterói: Impetus, 2013.

GIANCOLI, Brunno Pandori; ARAÚJO JÚNIOR, Marco Antônio. **Direito do Consumidor**. 4ed. São Paulo:2013.

GRINOVER, Ada Pellegrini; BENJAMIN, Antonio Herman de Vasconcellos; FINK, Daniel Roberto; FILOMENO, José Geraldo Brito; WATANABE, Kazuo; NERY JÚNIOR, Nelson; THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Direitos do Consumidor**. 8ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

Direito Penitenciário

Ementa:

Autonomia. Sistemas Penitenciários. Presídios. Legislação penitenciária brasileira. Perspectivas do Direito penitenciário.

Bibliografia básica:

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Execução penal**: comentários à lei nº 7.210, de 11.07.1984. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal e execução penal**. 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

OLIVEIRA, Juez de. **Lei de execução penal**. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

Bibliografia complementar:

ALBERGARIA, Jason. **Comentários à lei de execução penal**. Rio de Janeiro: Aide, 1987.

CARVALHO, Salo de. **Crítica à execução penal**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

KUEHNE, Mauricio. **Lei de execução penal anotada**. 2ed. Curitiba: Juruá, 2000.

MIOTTO, Arminda Bergamini. **Curso de direito penitenciário**. São Paulo: Saraiva, 1975.

PASSOS, Luísa de Marillac Xavier dos; PENSO, Maria Aparecida. **O papel da comunidade na aplicação e execução da justiça penal**. Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2009.

Criminologia

Ementa:

História da criminologia. A criminologia como ciência do direito. Criminologia e Direito Penal. Teoria do crime. Concepções de criminalidade. Formas de violência. Sociologia da violência. Controle da violência. O criminoso: seus tipos e teorias. Psicologia forense. O crime: formas, fatores e tipos. Penalidade: sistema penitenciário. Sociologia jurídico-penal. Criminologia crítica. Criminologia cultural.

Bibliografia básica:

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**: introdução a sociologia do direito penal. 3ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002. 254p. (Coleção Pensamento Criminológico, 1)

CARVALHO, Salo de. **Crítica à execução penal**. 2ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. 629p.
DEL OLMO, Rosa. **A América Latina e sua criminologia**. Rio de Janeiro: Revan, 2004. 326p.
(Coleção Pensamento Criminológico, 9)

Bibliografia complementar:

ALBERGARIA, Jason. **Criminologia**. 2ed. Rio de Janeiro: Aide, 1988. 349p.
CASTRO, Lola Aniyar de. **Criminologia da libertação**. Rio de Janeiro: Revan, 2005. 284p.
(Coleção Pensamento Criminológico, 10)
SANTOS, Juarez Cirino dos. **A Criminologia da repressão: uma critica ao positivismo em criminologia**. Belo Horizonte: Forense, 1979. 115p.
SILVA, Marco Aurélio Souza da. **O Controle social punitivo antidrogas sob a perspectiva da criminologia crítica: a construção da criminalidade do trafico de drogas nas decisões judiciais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. 236p
STUMVOLL, Victor Paulo; QUINTELA, Victor; DOREA, Luiz Eduardo. **Criminalística**. 4ed. Campinas (SP): Millennium, 2010. 329p.

Medicina Legal

Ementa:

Conceito. Importância. Relações do Direito com a Medicina. Divisão. Histórico. Evolução. Perícias e Peritos. Documentos Médico-Judiciários. Antropologia Forense. Identidade Judiciária. Psicologia Forense. Psiquiatria Clínica e Forense. Psicoses. Neuroses. Depoimentos. Testemunhas. Confissões. Acareações. Reconstituição do Crime. Sexologia Forense. Noções de Eugenia. Obstetrícia Forense. Parto e Puerpério. Exclusão Médico-Legal da Paternidade. Traumatologia Forense. Lesões por Instrumentos Cortantes, Perfurantes e Armas de Fogo. Explosões. Queimaduras. Eletricidade. Infortúnica. Asfixiologia Forense. Estrangulamento. Afogamento. Toxicologia Forense. Tanatologia Forense. Cronotanatognose. Necropsia.

Bibliografia Básica:

CROCE, Delton; CROCE JÚNIOR, Delton. **Manual de medicina legal**. 7. Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
FRANCA, Genival Veloso de. **Medicina Legal**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.
GOMES, Helio. **Medicina Legal**. 33. Ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2004.

Bibliografia Complementar:

CARVALHO, Hilário Veiga de; SEGRE, Marco. **Compêndio de Medicina Legal**. São Paulo: Saraiva, 1978.
FERREIRA, Arnaldo Amado. **Da técnica médico-legal na investigação forense**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1962.
FRANCA, Genival Veloso de. **Noções de jurisprudência médica**. João Pessoa: Universitária, 1977.
MARANHÃO, Odon Ramos. **Curso Básico de Medicina Legal**. São Paulo: Malheiros, 2000.
REIS, Helena Caula. **Lesões corporais: enfoque medico-jurídico**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1987. 131p.

Direito Ambiental

Ementa:

Noções gerais sobre o direito ambiental. Ecologia e Meio ambiente. A crise ambiental. Os movimentos ecológicos. Ecodesenvolvimento. O desenvolvimento sustentável. Ética ambiental. Responsabilidade civil e meio ambiente. Dano ambiental: prevenção, repressão, reparação. Poder Público e meio ambiente. Tutela administrativa do meio ambiente. O Estado e a proteção do patrimônio cultural. Tutela dos recursos hídricos. Direito administrativo ambiental. Direito penal ambiental. Direito ambiental comparado.

Bibliografia básica:

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 12ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. 960p.
FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 12ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 866p.
LEITE, Jose Rubens Morato; AYALA, Patryck de Araujo. **Direito ambiental na sociedade de risco**. 2ed. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 2004. 368p.

Bibliografia complementar:

CAUBET, Christian Guy. **A Água, a lei, a política... e o meio ambiente?**. Curitiba: Juruá, 2006. 305p.
DERANI, Cristiane. **Direito ambiental econômico**. 3ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 290p.
FREITAS, Vladimir Passos de. **Direito ambiental em evolução**. 2ed. Curitiba: Juruá, 2003. 398p.
MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 6ed. São Paulo: Malheiros, 1996. 782p.
SILVEIRA, Patrícia Azevedo da. **Competência ambiental**. Curitiba: Juruá, 2002. 233p.

Direito Eleitoral

Ementa:

Princípios fundamentais. Regime Representativo. Capacidade Eleitoral ativa e passiva. Justiça Eleitoral. Ministério Público. Eleições. Partidos Políticos. Processo Eleitoral.

Bibliografia básica:

BARROS, Francisco Dirceu. **Direito eleitoral**. 6ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
CANDIDO, Joel José. **Direito eleitoral brasileiro**. 14ed. Bauru: EDIPRO, 2010.
VASCONCELOS, Clever Rodolfo Carvalho; VISCONDE, Giovanna Gabriela. **Direito eleitoral**. São Paulo: Atlas, 2010 (Série leituras Jurídicas, 35).

Bibliografia complementar:

FERREIRA, Pinto. **Código eleitoral comentado**. 5ed. São Paulo: Saraiva, 1998. 532p.
GUERRA, Carlos Eduardo. **Direito eleitoral II: legislação complementar**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
RIBEIRO, Favila. **Direito eleitoral**. 5ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.
TELLES, Oliveira Raposo da Silva. **Direito eleitoral comparado: Brasil, Estados Unidos, França**. São Paulo: Saraiva, 2009.
VELLOSO, Carlos Mário da Silva; AGRA, Walber de Moura. **Elementos de direito eleitoral**. 2ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

Direito Previdenciário

Ementa:

Previdência Social. Generalidades. Relação com a assistência e com a segurança nacional. Instituições. Beneficiários. Prestações e seu custeio. Obrigações da Empresa. Acidentes do trabalho. Recurso e revisão na órbita administrativa. Previdência rural.

Bibliografia básica:

EDUARDO, Italo Romano; EDUARDO, Jeane Tavares Aragão. **Curso de direito previdenciário**. 5ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

IBRAHIM, Fabio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 18ed. Niteroi: Impetus, 2013.

VIANNA, Joao Ernesto Aragones. **Curso de direito previdenciário**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Bibliografia Complementar:

BALERA, Wagner. **Curso de direito previdenciário**. 5ed. Sao Paulo: LTR, 2002.

GONCALVES, Ionas Deda. **Direito previdenciário**. 3ed. Sao Paulo: Saraiva, 2008.

KERTZMAN, Ivan. **Curso prático de direito previdenciário**. 4ed. Salvador: JusPodivm, 2007.

SANCHEZ, Adilson; XAVIER, Victor Hugo. **Advocacia previdenciária**. 3ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TAVARES, Marcelo Leonardo. **Direito previdenciário: regime geral de previdência social e regimes próprios de previdência social**. 9ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

Direito Municipal

Ementa:

Relações com os demais ramos do Direito. O município na constituição brasileira. Autonomia municipal. Responsabilidade dos Prefeitos e vereadores.

Bibliografia básica:

COSTA, Nelson Nery. **Curso de direito municipal brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. **Direito municipal**. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito municipal brasileiro**. 9 ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

Bibliografia Complementar:

BARRETO, Aires F. **Curso de direito tributário municipal**. São Paulo: Saraiva, 2009.

CASTRO, José Nilo de. **Direito municipal positivo**. 6 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

CRETILLA JUNIOR, José. **Direito administrativo municipal**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. **Controle da constitucionalidade das leis municipais**. 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

HARADA, Kiyoshi. **Direito tributário municipal: sistema tributário municipal**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Libras

Ementa:

O sujeito surdo: conceitos, cultura e a relação histórica da surdez com a língua de sinais. Língua de sinais enquanto língua dos surdos. Aspectos da organização educacional e cultural dos surdos. Aspectos gramaticais da língua de sinais. Atividades de base para a aprendizagem da língua de sinais para o uso no cotidiano ou relacionado ao trabalho docente. Diferentes etapas utilizadas pelo

contador de estórias para crianças surdas. Exploração visual especial das diferentes narrativas bem como da criação literária surda.

Bibliografia básica:

Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade, (1994: Salamanca). **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. 2. ed. Brasília: CORDE, 1997.

PIMENTA, Nelson. **Coleção Aprendendo LSB**. Rio de Janeiro: Regional, vol. III, Avançado, 2001.

SKLIAR, C. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

Bibliografia complementar:

AHLGREEN, I. & HYLSTENSTAM, K (Eds.). **Bilingualism in deaf education**. Hamburg: Signum-verl, 1994.

FELIPE, Tanya; MONTEIRO, Myrna. **Libras em contexto: curso básico: livro do professor**. 4 ed. Rio de Janeiro: LIBRAS, 2005.

PIMENTA, Nelson. **Coleção Aprendendo LSB**. Rio de Janeiro: Regional, vol. I Básico, 2000.

PIMENTA, Nelson. **Coleção Aprendendo LSB**. Rio de Janeiro: Regional, vol. II Intermediário, 2000.

PIMENTA, Nelson. **Coleção Aprendendo LSB**. Rio de Janeiro: Regional, vol. IV Complementação, 2004.

Tópicos Especiais

Tópicos especiais de Direito, atualizados com a realidade do momento nacional em que for oferecida a disciplina, e que estejam a exigir uma reflexão especial.

6. INFRAESTRUTURA

As instalações físicas atendem às necessidades educacionais e às especificações técnicas quanto às dimensões, iluminação, ventilação e acústica. O espaço físico é adequado ao número de alunos, docentes e técnicos, conforme descrição abaixo:

Coordenação do Curso de Direito – 1 sala	
CCDIR	
Departamento de Ciências Jurídicas – DCJ	2 salas
Núcleo de Prática Jurídica – NUPEJ	4 salas e 1 auditório
Núcleo do Escritório Modelo – EMPROL	1 sala
Sala de Reuniões	1 sala
Salas de Docentes	7 salas
Salas de Aula	8 salas
ACERVO MOBILIÁRIO	
Coordenação do Curso de Direito – CCDIR	1 computador coordenador 1 computador secretaria 1 impressora coordenador 2 bancadas em mármore 1 mesa reunião com 5 cadeiras 1 cadeira coordenador tipo chefia 1 cadeira secretaria 1 armário 1 arquivo 1 <i>split</i>
Departamento de Ciências Jurídicas – DCJ	1 computador chefia 1 impressora chefia 1 armário com gaveteiro chefia 1 armário de parede chefia 1 mesa de reuniões com 4 cadeiras

	<ul style="list-style-type: none"> 1 cadeira chefia 2 bancadas em mármore 2 computadores secretaria 3 cadeiras secretaria 1 impressora 1 arquivo 1 armário para pastas suspensas 1 armário de parede 1 fichário 1 bebedouro 1 <i>split</i>
Núcleo de Prática Jurídica – NUPEJ	<ul style="list-style-type: none"> 1 escrivaninha diretor 1 longarina 2 estantes 5 escrivaninhas secretaria 1 mesa reunião com 10 cadeiras 4 armários para pastas suspensas 2 armários com gaveteiro 15 cadeiras 4 <i>splits</i> auditório 4 <i>splits</i>
Núcleo do Escritório Modelo – EMPROL	<ul style="list-style-type: none"> 1 escrivaninha coordenador com 2 cadeiras 1 armário 2 estantes 1 armário com gaveteiro 2 mesas com 4 cadeiras 1 mesa de reuniões com 4 cadeiras 3 arquivos
Sala de Reuniões	<ul style="list-style-type: none"> 1 mesa com 10 cadeiras
Salas de Docentes	<ul style="list-style-type: none"> 14 mesas com 14 cadeiras 7 armários

Salas de Aula4 *data-show*

60 cadeiras em cada sala

16 *splits*

A infraestrutura do Centro de Ciências Humanas e Letras também disponibiliza ao corpo discente do Curso de Direito Laboratório de Informática, acessibilidade para necessidades especiais física: rampas de acesso ao centro e às salas de aula que ficam no andar superior do engate entre os Centros de Ciências Humanas e Letras e o de Ciências da Educação e banheiro adaptado ao cadeirante. Ainda no quesito acessibilidade, o Curso de Direito conta com o serviço de monitoria de apoio ao deficiente visual disponibilizado pela PRAEC - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários da UFPI.

Os discentes contam com a Biblioteca Comunitária “Jornalista Carlos Castelo Branco” com acervo atualizado na área jurídica, a qual disponibiliza acessibilidade em braile e equipamentos de áudio para deficientes visuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE /CP 02/2007**. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Brasília (DF), 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES 9/2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências. Brasília (DF), 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Resolução CEPEX nº 177/12**, de 05 de novembro de 2013. Normas de funcionamento dos cursos de graduação. Disponível em: Acesso em: 05 de janeiro de 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Plano de Desenvolvimento Institucional PDI-2010-2014**. Teresina: UFPI, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Projeto pedagógico do curso direito**. Centro de Ciências da Humanas e Letras. UFPI, 2006.

ANEXO I

Corpo Docente efetivo vinculado ao Departamento de Ciências Jurídicas em 2014

SIAPE	NOME	CPF	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
257373 -5	Adrianna de Alencar Setubal Santos	43284973 320	Mestre	Dedicação exclusiva
157845 0	Adriana Castelo Branco de Siqueira	39431916 304	Doutoranda	Dedicação exclusiva
222483 0	Carlos Augusto Pires Brandão	52151972 615	Mestre	20 horas semanais
230209 3	Christianne Matos de Paiva	48237850 378	Mestre	20 horas semanais
042242 7	Charles Carvalho Camilo da Silveira	07822359 304	Mestre	20 horas semanais
178237 3	Dante Ponte de Brito	95799885 368	Doutorando	Dedicação exclusiva
167482 6	Deborah Dettmam Maia	08409155 788	Doutoranda	Dedicação exclusiva
421104 0	Delano Carneiro da Cunha Câmara	42332503 372	Mestre	20 horas semanais
042315 5	Djalma da Costa e Silva Filho	13382543 320	Graduado	20 horas semanais
116785 9	Éfren Paulo Porfírio de Sá Lima	28723392 304	Doutorando	20 horas semanais
219999 4	Edilsom Pereira de Farias	27464261 372	Doutor	20 horas semanais
166683 7	Fernando Ferreira dos Santos	22691790 304	Doutor	20 horas semanais
042363 6	Francisco Meton Marques de Lima	12217395 300	Doutor	20 horas semanais
204803 5	Gabriel Rocha Furtado	00287283 356	Mestre	Dedicação exclusiva

203576 7	Germana Assunção Trindade	75321688 320	Mestre	Dedicação exclusiva
027593 6	José do Monte Vieira	04734572 372	Graduado	Dedicação exclusiva
116774 8	José Weligton de Andrade	07899114 349	Graduado	20 horas semanais
171564 2	Joana de Moraes Souza M. Carvalho	43254659 368	Doutoranda	20 horas semanais
231368 3	Joseli Lima Magalhães	49776363 334	Doutor	20 horas semanais
158166 3	Maria Sueli Rodrigues de Sousa	18292364 234	Doutora	Dedicação exclusiva
234295 5	Márcio Braga Magalhães	26352168 353	Mestre	20 horas semanais
116767 9	Marco Aurélio Lustosa Caminha	28714083 353	Doutor/Doutor ando	20 horas semanais
042288 8	Marcos Patrício Nogueira	13038214 353	Mestre	20 horas semanais
179499 6	Nestor Alcebiades Mendes Ximenes	49013505 368	Mestre	20 horas semanais
135202 1	Nelson Juliano Cardoso Matos	43346260 330	Doutor	Dedicação exclusiva
042355 0	Nelson Nery Costa	13863282 353	Doutorando	20 horas semanais
	Olivia Brandão Melo Campelo	82243263 300	Doutoranda	Dedicação exclusiva
116775 5	Paulo Roberto de Lima Fagundes	20779291 387	Mestre	20 horas semanais
233682 6	Regina Coelli B. de Moura Carvalho	22757805 304	Mestre	20 horas semanais
980649	Robertonio Santos Pessoa	39566013 353	Doutor	20 horas semanais
042352 0	Roberto Gonçalves de Freitas Filho	22765484 368	Especialista	20 horas semanais
	Raul Lopes de Araújo	67718507	Mestre	Dedicação exclusiva

	Neto	300		
	Samuel Pontes do Nascimento			Dedicação exclusiva
263709 6	Sebastião Patrício Mendes da Costa	62053167 300	Doutorando	Dedicação exclusiva
042260 3	Valtemberg de Brito Firmeza	04737989 304	Doutorando	40 horas semanais
	Samuel Barbosa de Carvalho (Prof. Substituto)			40 horas semanais
	Sarah Maria Veloso Freire (Prof. Substituto)			40 horas semanais
	Marcelo Leandro Pereira Lopes (Prof. Substituto)	62474367 349		40 horas semanais
	Alexandre Augusto Batista de Lima (Prof. Substituto)			40 horas semanais

ANEXO II

REGULAMENTO DAS TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO DE MONOGRAFIA / REDAÇÃO E DEFESA DE MONOGRAFIA

1 Da Orientação

1.1 Antes da matrícula na disciplina Técnica e Elaboração da Monografia Jurídica, o aluno escolherá o Professor Orientador entre os professores do Departamento de Ciências Jurídicas da UFPI e efetuará matrícula na turma designada para o professor escolhido.

1.2 O Professor Orientador assinará termo de aceitação da orientação (Anexo A), que será depositado pelo aluno na Secretaria do Departamento de Ciências Jurídicas.

1.3 Admite-se a co-orientação de professor não vinculado ao Departamento de Ciências Jurídicas ou de profissional de saber jurídico excepcional na área da pesquisa.

1.4 O aluno apresentará ao Professor Orientador, mensalmente, relatório das atividades desenvolvidas no período.

2 Dos Prazos

2.1 Na disciplina Técnicas de Elaboração da Monografia Jurídica, o aluno:

(a) depositará, na Secretaria do Departamento de Ciências Jurídicas, até o último dia útil de março/agosto, o Termo de Aceitação do Professor Orientador;

(b) apresentará ao professor orientador,

(b.1) até o último dia útil de março/agosto, o Projeto de Pesquisa;

(b.2) até o primeiro dia útil de abril/setembro, a Introdução da Monografia;

(b.3) até o primeiro dia útil de maio/outubro, um capítulo da Monografia; e

(b.4) até o primeiro dia útil de junho/novembro, outro capítulo da Monografia;

(c) apresentará ao professor orientador, até o último dia útil de junho/novembro, o Relatório Preliminar da Pesquisa (descritivo das atividades realizadas durante o semestre letivo).

2.2 Na disciplina Redação e Defesa da Monografia Jurídica, o aluno:

(a) apresentará ao professor orientador,

(a.1) até o primeiro dia útil de abril/setembro, outro capítulo da Monografia ou a Conclusão da Monografia; e (a.2) até o primeiro dia útil de maio/outubro, a versão final da Monografia;

(a.3) até o primeiro dia útil de junho/novembro, um exemplar da Monografia, como depósito.

(b) depositará, até o primeiro dia útil de maio/outubro, na Secretaria do Departamento de Ciências Jurídicas, requerimento de dispensa de constituição da banca examinadora (item 4.3.5) ou documento assinado pelo Professor Orientador com a indicação da data da defesa (preferencialmente aos sábados pela manhã) e com a indicação dos três integrantes da banca examinadora;

(c) se for o caso, entregará exemplares da Monografia aos integrantes da banca examinadora e fará defesa pública da Monografia em data e horário marcados pelo Supervisor de Monografia.

3 Dos Padrões para a Elaboração da Monografia

A elaboração do Projeto de Pesquisa e da Monografia seguirá as regras do Roteiro Simplificado para a Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (Uniformização para Depósito no Departamento de Ciências Jurídicas) – Anexo C - e, subsidiariamente, as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

4 Da Avaliação e da Defesa

4.1 O Professor Orientador, titular da respectiva turma, fará o registro das notas dos alunos orientandos.

4.2 A atribuição da nota na disciplina Técnicas de Elaboração da Monografia Jurídica levará em conta:

- (a) a participação do aluno nos encontros com o Professor Orientador;
- (b) a elaboração do Projeto de Pesquisa;
- (c) a execução parcial do Projeto de Pesquisa;
- (d) o Relatório Preliminar da Pesquisa.

4.3 A nota na disciplina Redação e Defesa da Monografia Jurídica será atribuída pela Banca Examinadora.

4.3.1 A Banca Examinadora será composta pelo Professor Orientador e por outros dois integrantes designados pelo Supervisor de Monografia. Excepcionalmente, a Banca Examinadora poderá ser composta por dois integrantes.

4.3.2 A Banca Examinadora avaliará a Monografia apresentada pelo aluno e a respectiva defesa pública em data marcada pelo Supervisor de Monografia.

4.3.3 Na defesa oral, o aluno terá dez minutos para a apresentação do Trabalho, cada integrante da Banca Examinadora terá dez minutos para a inquirição e o aluno terá igual tempo para as respostas.

4.3.4 A avaliação da Banca Examinadora levará em conta:

- (a) o domínio da linguagem;
- (b) o domínio do conteúdo;
- (c) os aspectos metodológicos;
- (d) a originalidade e o senso crítico.

4.3.5 Serão dispensadas a convocação da Banca Examinadora e a defesa pública da Monografia caso o aluno requeira a avaliação exclusiva pelo Professor Orientador. No caso da avaliação exclusiva pelo Professor Orientador, a nota registrada não poderá ser superior a 8,5 (oito vírgula cinco).

5 Das Disposições Finais

O aluno depositará a versão final impressa da Monografia, com as alterações recomendadas pela Banca Examinadora, na Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras e a versão eletrônica, em CD, na Secretaria do Departamento de Ciências Jurídicas.

ANEXO III

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Art. 1. Os Supervisores das Atividades Complementares são vinculados ao Departamento de Ciências Jurídicas (DCJ) da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e têm a atribuição de coordenar, supervisionar, controlar, acompanhar e avaliar as atividades complementares dos alunos do Curso de Graduação em Direito da UFPI, nos termos das Diretrizes Curriculares do Ministério da Educação para os Cursos Jurídicos e do Projeto Pedagógico do Curso de Direito da UFPI.

Art. 2. As atividades curriculares são componentes curriculares enriquecedores e complementadores do perfil do formando, possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado de trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Parágrafo único. A realização de atividades complementares não se confunde com a do Estágio Supervisionado ou com a do Trabalho de Conclusão do Curso.

Art. 3. O aluno do Curso de Graduação em Direito da UFPI deverá cumprir duzentas horas (200h) de atividades complementares nas seguintes modalidades, estabelecidas no Projeto Pedagógico e na Resolução n 177/12 que regulamenta a atividade:

1. Atividade de iniciação à docência e à pesquisa.
2. Atividades de apresentação e/ou organização de eventos gerais.
3. Experiências profissionais e/ou complementares.
4. Trabalhos publicados e aprovação em concursos.
5. Atividades de Extensão cadastradas na UFPI.
6. Vivências de gestão.
7. Atividades artístico-culturais e esportivas e produções técnico-científicas.
8. Disciplina eletiva ofertada por outro curso da UFPI.
9. Estágio não obrigatório.

Parágrafo único. A descrição das atividades admitidas em cada uma das modalidades descritas nos incisos do caput deste artigo bem como a carga horária correspondente a cada atividade serão indicadas no Edital a ser publicado pelo Coordenador do Curso de Direito.

Art. 4. Para a integralização dos créditos das atividades complementares, o aluno entregará ao Supervisor das Atividades Complementares o Relatório das Atividades Complementares comprovado até seis meses antes da conclusão do Curso, observado o calendário de cadastramento da atividade constante no sistema eletrônico de atividades complementares.

Art. 5. O Coordenador do Curso de Direito publicará edital estabelecendo os critérios para a contagem de horas das modalidades das atividades complementares e os procedimentos de aferição e documento de comprovação para a integralização dos créditos das atividades complementares.

Art. 6. Os alunos concludentes no segundo período letivo de 2014, primeiro período letivo de 2015 e no segundo período letivo de 2015 poderão apresentar requerimentos individuais acerca de atividades não indicadas ou cujas cargas horárias não estejam em conformidade com o previsto no Edital acima mencionado, os quais serão analisados pelos Supervisores.

Art. 7. O presente Regulamento entra em vigor na data da sua aprovação.

Teresina, 19 de março de 2014.

Colegiado do Curso de Direito

ANEXO IV

Edital das Atividades Complementares

Edital n. 1/2014
19 de março de 2014

O Colegiado do Curso de Direito da Universidade Federal do Piauí, nos termos do Regulamento das Atividades Complementares do Curso de Direito, torna público o presente edital, para determinar os critérios para a contagem de horas das modalidades de atividades complementares e os procedimentos para a integralização dos créditos de atividades complementares do curso de Direito.

1. Dos Prazos

O aluno apresentará à Coordenação do Curso de Direito, Relatório comprovado das atividades complementares realizadas durante o curso de Direito e cadastradas no sistema de atividades complementares, até seis (6) meses antes da conclusão do curso.

2. Do Relatório

2.1. O Relatório das atividades complementares conterà os seguintes documentos:

2.1.1. Requerimento dirigido ao Supervisor das Atividades Complementares pedindo a integralização das atividades realizadas e cadastradas no sistema eletrônico;

2.1.2. Relatório do cadastramento ou impressão da tela do sistema eletrônico com as atividades cadastradas;

2.1.3. Cópia da documentação comprobatória das atividades complementares, devidamente autenticada.

2.2. O Relatório deverá ser entregue encadernado em espiral, logo após o cadastramento para que os Supervisores possam avaliar e validar as atividades cadastradas.

3. Das modalidades

3.1. Serão consideradas apenas as atividades complementares desenvolvidas durante o curso de Direito.

3.2. Não são consideradas para fins de integralização das atividades complementares as realizadas durante o período em que o Curso estiver trancado.

3.3. As atividades desenvolvidas por alunos transferidos, antes do ingresso na UFPI deverão ser submetidas previamente a apreciação dos Supervisores das atividades complementares.

3.4. A descrição das atividades complementares compreendidas em cada modalidade, o modo de aferição das horas e a documentação comprobatória estão definidos no Anexo A.

3.5. Serão considerados apenas os projetos e programas de pesquisa cadastrados no Departamento de Ciências Jurídicas (DCJ-UFPI), na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PRPPG-UFPI) ou na Plataforma Lattes no CNPq sob a orientação de professor universitário.

3.6. Serão consideradas as publicações com registro no ISSN ou ISBN ou as publicações editadas pela Universidade Federal do Piauí ainda que sem registro no ISSN ou no ISBN, anais e trabalhos apresentados em eventos científicos, bem como aprovações ou premiações em concursos.

3.7. Serão considerados somente os projetos e programas de extensão cadastrados no Departamento de Ciências Jurídicas ou na Pró-Reitoria de Extensão (PREX-UFPI) sob orientação de professor universitário.

3.8. Serão considerados como representação estudantil ou como participação discente em órgão de representação colegiada:

Modalidades

3.8.1. Conselheiro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPI, do Conselho de Administração da UFPI, do Conselho Departamental do CCHL, da Assembléia Departamental do Departamento de Ciências Jurídicas ou do Colegiado do Curso de Direito;

3.8.2. Até dez (10) Diretores por ano da Diretoria do Centro Acadêmico Cromwell de Carvalho;

3.8.3. Até três (3) Diretores por ano da Diretoria do Diretório Central dos Estudantes da UFPI;

3.8.4. Um representante de turma em cada turma por semestre.

3.9. Serão consideradas apenas a assistência programada de vídeo, teleconferências, filmes e atividades audiovisuais similares, na área jurídica, cadastradas em Instituições de Ensino Superior.

3.10. Serão consideradas apenas as oficinas de cidadania cadastradas em instituição de ensino superior.

4. Da Integralização

4.1. Os Supervisores das atividades complementares, após análise do Relatório, emitirão declaração de integralização das atividades complementares.

4.2. A declaração de integralização das atividades complementares será entregue ao aluno, que ficará responsável pela sua apresentação na Diretoria de Administração Acadêmica.

Teresina (PI), 19 de março de 2014.

Colegiado do Curso de Direito

ANEXO V
CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Modalidades	Descrição das atividades	Modo de aferição	Carga horária por período letivo	Carga horária máxima durante o curso	Carga horária máxima para o conjunto de atividades	Documento comprobatório
Atividades de iniciação à docência e a pesquisa	Exercício de Monitoria	30 horas	30 horas	60 horas	120 horas	Comprovante de cumprimento das atividades de monitoria extraído do sistema eletrônico
	Participação em pesquisa e projetos institucionais participação em grupos de estudos/pesquisa sob supervisão de professores e/ou alunos dos Cursos de Mestrado e doutorado.	15 horas por projeto ou programa	30 horas	60 horas		Certificado ou declaração da instituição ou do orientador.
Atividades de apresentação e/ou organização de eventos em geral	Participação e/ou organização de congressos, seminários, conferências, palestras, fóruns, semanas acadêmicas na	1 hora por cada hora de atividade no limite de 10 horas por atividade, como participante e 5 horas por evento com carga	30 horas	60 horas	60 horas	Certificado ou comprovante de participação ou assinatura em lista de presença..

	área jurídica					
Experiências profissionais e/ou complementares	Oficinas de cidadania na área de direito ou em áreas afins	1 hora por cada hora de atividade no limite de 10 horas por atividade	30 horas	60 horas	120 horas	Certificado ou comprovante de participação ou assinatura em lista de presença.
	Participação em projetos sociais governamentais ou não governamentais.	15 horas por projeto	30 horas			Certificado ou declaração da instituição ou do orientador
	Participação em programas de bolsa da UFPI	15 horas por programa	30 horas	60 horas		Certificado ou declaração da instituição ou do orientador
Trabalhos publicados e aprovação em concursos.	Trabalhos publicados em revistas indexadas, anais, bem como apresentação em eventos científicos e aprovação ou premiação em concursos.	15 horas por artigos e 30 horas por livro.	30 horas	90 horas	90 horas	Cópia do trabalho.
Atividades de extensão cadastradas na UFPI	Estudos realizados em programas de extensão	15 horas por estudo realizado	30 horas	30 horas	90 horas	Certificado ou declaração da instituição ou do orientador
	Participação em projetos de extensão.	15 horas por projeto	30 horas	60 horas		Certificado ou declaração da instituição ou do orientador
Vivência de gestão	Participação	10 horas por	20 horas	40 horas		

	em órgãos colegiados da UFPI: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; Conselho de Administração; Conselho Departamental do CCHL; Assembleia Departamental do DCJ ou Colegiado do Curso de Direito.	atuação nos órgãos indicados			40 horas	
	Participação em órgão de representação estudantil: até 10 Diretores por ano da Diretoria do Centro Acadêmico Cromwell de Carvalho.	20 horas por atuação na diretoria	20 horas	40 horas		Ata de eleição ou declaração da secretaria do órgão.
	Participação em órgão de representação estudantil: até 3 (três) Diretores por ano da Diretoria do Diretório Central dos	10 horas por atuação na diretoria	10 horas	40 horas		

	Estudantes da UFPI.					
	Representação de Turma: um representante em cada turma por semestre.	10 horas por atuação na representação.	10 horas	40 horas		
Atividades artístico-culturais e esportivas e produções técnico-científicas.	Assistência programada de vídeo, teleconferências, filmes e atividades audiovisuais similares, na área jurídica.	1 hora por atividade.	30 horas	30 horas	60 horas	Certificado ou comprovante de participação assinado pelo responsável.
Disciplina eletiva ofertada por outro curso da UFPI	Disciplina optativa do curso de Direito: disciplina excedente ao Currículo do curso de Direito e no limite de 1 (uma).	1 hora por cada hora de aula.	60 horas	60 horas	60 horas	Histórico Escolar
Estágio não obrigatório	Estágios extracurriculares conveniados com a UFPI.	30 horas por estágio	30 horas	90 horas	90 horas	Termo de estágio, declaração do orientador ou relatório do estágio assinado por responsável do conveniado

OBS. ESTA PLANILHA DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES DEVE SER OBSERVADA EM COMBINAÇÃO COM O ÍTEM 3 DO EDITAL QUE TRATA "DAS MODALIDADES".

ANEXO VI

ANTIGO REGIMENTO DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

Título I

Dos Princípios Gerais

Art. 1º - O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) será regido pelos seguintes princípios:

- I- Da articulação entre pesquisa, ensino e extensão;
- II- Da ética profissional;
- III- Do respeito às relações de gênero, etnia e vulnerabilidade;
- IV- Da defesa dos Direitos Humanos e da Cidadania;
- V- Da interdisciplinariedade.

Título II

Da Denominação e dos Fins do Núcleo de Prática

Art. 2º - Sob a denominação social de Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) constitui-se o presente Núcleo voltado para a formação prática do estudante de Direito da Universidade Federal do Piauí.

Art. 3º - O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) é um órgão sem finalidade lucrativa, de duração por tempo indeterminado e com vinculação jurídica e didático-científica ao Curso de Direito da Universidade Federal do Piauí.

Art. 4º - Destina-se o Núcleo de Prática Jurídica à coordenar, supervisionar e executar as atividades do estágio curricular do Curso de Direito, mediante a prestação de serviços de consultoria, assessoria e assistência jurídica às pessoas pobres, no sentido legal, defesa dos direitos humanos fundamentais e apoio à projetos comunitários da cidadania.

Parágrafo Único. O Núcleo de Prática Jurídica poderá prestar, mediante convênio, serviços jurídicos à instituições públicas ou privadas.

Art. 5º - O Núcleo de Prática Jurídica tem por objetivo:

I – proporcionar aos alunos de graduação a visão crítica do direito, a partir de múltiplas práticas relacionadas à sua área de formação acadêmica, assegurando a abordagem multidisciplinar;

II – qualificar o aluno do Curso de Direito para o exercício profissional, propiciando-lhe o aprendizado das práticas jurídicas e da ética;

III – desenvolver atividades, junto à comunidade, de orientação para o exercício da cidadania e educação para os direitos humanos;

IV – atender às demandas coletivas, propiciando o surgimento e fortalecimento dos sujeitos coletivos de direitos;

V – relacionar-se com entes governamentais e não-governamentais, facilitando a existência de convênio e parcerias que possam trazer benefício à comunidade em qualquer das perspectivas de atuação do NPJ;

VI – fomentar a composição de conflitos e lides por meio de práticas de mediação.

Título III

Da Administração

Capítulo I

Dos Professores Orientadores

Art. 6º - Compete aos professores orientadores:

I – orientar, supervisionar e avaliar as pesquisas, seminários e trabalhos simulados e atividades complementares dos estagiários sob sua responsabilidade;

II – coordenar o trabalho dos profissionais que compõem o corpo multidisciplinar do NPJ;

III – efetuar o controle de frequência dos estagiários juntamente com a secretaria do NPJ;

IV – analisar e dar parecer sobre as propostas de convênio com o NPJ para o desenvolvimento do estágio;

V - promover reuniões, workshops, seminários, entre outras atividades, com o objetivo de sintonizar as atividades de estágio aos princípios norteadores do estágio no NPJ, de modo a permitir uma compreensão humanista e totalizadora do fenômeno jurídico;

VI - elaborar, no início de cada semestre letivo, o Plano de Estágio, juntamente com a coordenação do curso, constando a previsão das etapas a serem cumpridas por cada estagiário;

VII – elaborar escalas de plantões dos estagiários;

VIII – elaborar relatório final dos estagiários do NPJ;

IX – cumprir e fazer cumprir este Regimento.

Capítulo II

Da Secretaria Administrativa

Art. 7º - Compete à Secretária Administrativa:

I – manter arquivo de controle de todos os convênios que a Universidade possui para estágios na área de Direito, bem como fichas individuais de todos os estagiários que estiverem realizando etapa de seu estágio em algum desses convênios;

II - manter arquivo com cópia de todos os processos ajuizados através do Serviço de Assistência Jurídica, que deve ser atualizada pelos estagiários;

III – manter cadastro de beneficiários do Serviço de Assistência Jurídica, que deve ser atualizado pelos estagiários a cada novo atendimento ou ato processual;

IV – manter uma agenda das audiências referentes aos processos ajuizados através do Serviço de Assistência Jurídica que deve ser atualizado pelo estagiário;

V – acompanhar e zelar pelo cumprimento do fluxo e frequência dos estagiários;

VI – organizar arquivos pessoais para cada estagiário, que deverá conter a frequência e comprovação das atividades complementares;

VII – controle e requisição de material de consumo e bens móveis para o NPJ;

VIII - desempenhar as demais atividades de sua competência e as que lhe forem solicitadas pelo Coordenador - Geral do NPJ, na forma deste Regimento.

Título IV

Do Estágio Curricular

Capítulo I

Normas Gerais

Art. 8º - O estágio curricular supervisionado do Curso de Direito será dividido nas seguintes etapas:

§1º O Estágio Curricular Supervisionado está organizado em quatro disciplinas do Curso de Direito da UFPI: Estágio Curricular Supervisionado I, Estágio Curricular Supervisionado II, Estágio Curricular Supervisionado III e Estágio Curricular Supervisionado IV.

§2º Na disciplina Estágio Curricular Supervisionado I, o aluno terá a orientação geral da prática jurídica.

§3º Na disciplina Estágio Curricular Supervisionado II, o aluno fará noventa horas (90h) de estágio vinculado ao NPJ, ao EMPROL ou vinculado a outro ente autorizado previamente pelo Supervisor de Estágio.

§4º Na disciplina Estágio Curricular Supervisionado III, o aluno fará sessenta horas (60h) de estágio vinculado ao NPJ, ao EMPROL ou vinculado a outro ente autorizado previamente pelo Supervisor de Estágio.

§5º Na disciplina Estágio Curricular Supervisionado IV, o aluno desenvolverá noventa horas (90h) de atividades de prática jurídica orientado por Professor designado pelo Chefe do Departamento, por indicação dos Supervisores de Estágio.

Art. 9º - O estágio será desenvolvido, em cada semestre letivo, mediante o cronograma que trata de cumprir o Plano de Estágio estabelecido pela coordenação do Curso de Direito, ouvidos os Professores Orientadores e o Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica, que deve conter:

I – as datas de início e término para o cumprimento das atividades;

II – as atividades práticas, reais ou simuladas, com a respectiva carga horária, caso haja modificação do que determina o artigo anterior;

III – os horários dos professores orientadores;

IV – o local e o horário onde serão desenvolvidas as práticas jurídicas.

Capítulo II

Dos Estagiários

Art. 10 - São considerados estagiários os alunos matriculados nas disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Direito.

Art. 11 - Constituem deveres do estagiário:

I – cumprir o Plano de Estágio e seu respectivo cronograma, com assiduidade e pontualidade;

II – atender às orientações dadas pelos Professores Orientadores e Supervisores de Estágio, assegurada sua liberdade de expressão e participação;

III – atender e tratar os assistidos no NPJ com urbanidade;

IV – assinar diariamente o livro de ponto, cumprindo com pontualidade e assiduidade o horário de trabalho;

V – participar dos seminários, conferências, estudos de caso, entre outros eventos e realizar pesquisas e elaborar trabalhos jurídicos que lhe forem designados;

VI – manter rigorosa vigilância sobre os casos que lhe forem distribuídos, zelando para que não se perca nenhum prazo, e comunicando, imediatamente, ao orientador quaisquer despachos ou fluência de prazos;

VII – manter atualizada as anotações das fichas de andamento dos casos, colocando o orientador a par das ocorrências que se verificarem;

VIII – apresentar, mensalmente, ou quando solicitado, relatório de andamento das causas sob sua responsabilidade à Coordenadoria Jurídica e Pedagógica.

Art. 12 - Ao estagiário é vedado cobrar, aceitar ou receber, a qualquer título, dinheiro ou qualquer outra vantagem, de qualquer natureza, de assistido ou beneficiário do NPJ.

Parágrafo único. Quando for necessário o pagamento de custas ou a realização de qualquer outra despesa relacionada com o andamento da causa, o assistido ou beneficiário fará o depósito da quantia necessária diretamente à Secretária do NPJ, mediante guia preenchida pelo estagiário.

Título V

Das Disposições Finais

Art. 13 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Coordenador do Curso, juntamente com o Coordenador do NPJ e os Professores Orientadores.

Art. 14 - Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado de Graduação.

Teresina(PI), 19 de março de 2014.
Colegiado do Curso de Direito

ANEXO VII

REGIMENTO DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA - ATUAL

Título I Dos Princípios Gerais

Art. 1º - O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) será regido pelos seguintes princípios:

I - Da articulação entre pesquisa, ensino e extensão;

II - Da ética profissional;

III – Do respeito às relações de gênero, etnia e vulnerabilidade;

IV – Da defesa dos Direitos Humanos e da Cidadania;

V – Da interdisciplinaridade.

Título II Da Denominação e dos Fins do Núcleo de Prática

Art. 2º - Sob a denominação social de Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) constitui-se o presente Núcleo voltado para a formação prática do estudante de Direito da Universidade Federal do Piauí.

Art. 3º - O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) é um órgão sem finalidade lucrativa, de duração por tempo indeterminado e com vinculação jurídica e didático-científica ao Curso de Direito da Universidade Federal do Piauí.

Art. 4º - Destina-se o Núcleo de Prática Jurídica à coordenar, supervisionar e executar as atividades do estágio curricular do Curso de Direito, mediante a prestação de serviços de

consultoria, assessoria e assistência jurídica às pessoas pobres, no sentido legal, defesa dos direitos humanos fundamentais e apoio à projetos comunitários da cidadania.

Parágrafo Único. O Núcleo de Prática Jurídica poderá prestar, mediante convênio, serviços jurídicos à instituições públicas ou privadas.

Art. 5º - O Núcleo de Prática Jurídica tem por objetivo:

- I – proporcionar aos alunos de graduação a visão crítica do direito, a partir de múltiplas práticas relacionadas à sua área de formação acadêmica, assegurando a abordagem multidisciplinar;
- II – qualificar o aluno do Curso de Direito para o exercício profissional, propiciando-lhe o aprendizado das práticas jurídicas e da ética;
- III – desenvolver atividades, junto à comunidade, de orientação para o exercício da cidadania e educação para os direitos humanos;
- IV – atender às demandas coletivas, propiciando o surgimento e fortalecimento dos sujeitos coletivos de direitos;
- V – relacionar-se com entes governamentais e não-governamentais, facilitando a existência de convênio e parcerias que possam trazer benefício à comunidade em qualquer das perspectivas de atuação do NPJ;
- VI – fomentar a composição de conflitos e lides por meio de práticas de mediação.

Título III Da Administração

Capítulo I Da Estrutura Organizacional

Art. 6º - A estrutura organizacional do Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito envolve:

- I - Professor Coordenador e Subcoordenador;
- II – Professores Orientadores, que ministram as disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado;
- III – Secretária;
- IV – Funcionários;
- V – Monitores bolsistas;
- VI - Estagiários de direito;
- VII - Estagiários e profissionais de Psicologia e Assistência Social, que prestem serviços no NPJ.

Art. 7º - Compete ao Professor Coordenador:

- I – coordenar o trabalho dos profissionais que compõem o corpo multidisciplinar do NPJ;

II – analisar e dar parecer sobre as propostas de convênio com o NPJ para o desenvolvimento do estágio;

III - promover reuniões, *workshops*, seminários, entre outras atividades, com o objetivo de sintonizar as atividades de estágio aos princípios norteadores do estágio no NPJ, de modo a permitir uma compreensão humanista e totalizadora do fenômeno jurídico;

IV - elaborar, no início de cada semestre letivo, o Plano de Estágio, juntamente com a coordenação do curso, constando a previsão das etapas a serem cumpridas por cada estagiário;

V – elaborar escalas de plantões dos estagiários;

VI - assinar as correspondências, certidões, declarações, referentes às atividades do NPJ, e emitir comunicações internas, inerentes ao necessário desempenho do cargo;

VII - propor modificações no Regulamento do NPJ ao Departamento de Ciências Jurídicas da UFPI;

VIII - atuar como professor orientador, nos termos da lei 11.788/08 nos estágios não obrigatórios.

IX – cumprir e fazer cumprir este Regimento.

Art. 8º - Compete aos Professores Orientadores:

I – seguir o plano de Estágio e o cronograma fornecido pelo Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica;

II - orientar, supervisionar e avaliar as pesquisas, seminários e trabalhos simulados e atividades complementares dos alunos matriculados na sua disciplina;

III – em cumprimento parcial da carga horária da disciplina, ministrar minicursos de no mínimo 15 horas, sob a supervisão do Núcleo de Prática Jurídica.

Capítulo II

Da Secretaria Administrativa

Art. 9º - Compete à Secretária Administrativa:

I – manter arquivo de controle de todos os convênios que a Universidade possui para estágios na área de Direito, bem como fichas individuais de todos os estagiários que estiverem realizando etapa de seu estágio em algum desses convênios;

II - manter arquivo com cópia de todos os processos ajuizados através do Serviço de Assistência Jurídica, que deve ser atualizada pelos estagiários;

III – manter cadastro de beneficiários do Serviço de Assistência Jurídica, que deve ser atualizado pelos estagiários a cada novo atendimento ou ato processual;

IV – manter uma agenda das audiências referentes aos processos ajuizados através do Serviço de Assistência Jurídica que deve ser atualizado pelo estagiário;

V – acompanhar e zelar pelo cumprimento do fluxo e frequência dos estagiários;

VI – organizar arquivos pessoais para cada estagiário, que deverá conter a frequência e comprovação das atividades complementares;

VII – controle e requisição de material de consumo e bens móveis para o NPJ;

VIII - desempenhar as demais atividades de sua competência e as que lhe forem solicitadas pelo Coordenador - Geral do NPJ, na forma deste Regimento.

Parágrafo único. A Secretaria deve despender todos os esforços no sentido de informatizar a maior quantidade de dados possíveis, eliminando arquivos inúteis e mantendo a documentação necessária à comprovação de atos praticados.

Capítulo III Dos serviços de psicologia E Assistência Social

Art. 10 - Os serviços de psicologia e/ou assistência social poderão ser realizados no NPJ, por alunos do curso de Psicologia e/ou Serviço Social, sob responsabilidade dos professores de seus cursos, que apresentarão projeto de extensão a ser aprovado na Assembleia do Departamento de Ciências Jurídicas.

Título IV Do Estágio Curricular

Capítulo I Normas Gerais

Art. 11 - O estágio curricular supervisionado do Curso de Direito será dividido nas seguintes etapas:

§1º O Estágio Curricular Supervisionado está organizado em quatro disciplinas do Curso de Direito da UFPI: Estágio Curricular Supervisionado I, Estágio Curricular Supervisionado II, Estágio Curricular Supervisionado III e Estágio Curricular Supervisionado IV, conforme o Projeto Pedagógico do Curso.

§2º As disciplinas de estágio curricular serão desenvolvidas em parceria com o Núcleo de Prática Jurídica.

§3º Os alunos poderão ser dispensados das atividades de atendimento ao jurisdicionado do Núcleo de Prática Jurídica nos seguintes casos:

- a) Realização de estágios na área jurídica, comprovado através do contrato de estágio devidamente assinado por esta IES;
- b) Serventuários do poder judiciário e ministério público.

§4º As demais atividades – audiências, elaboração de peças processuais, visitas orientadas, seminários e minicursos ofertados pelo NPJ – não serão dispensadas em nenhuma hipótese;

§5º A Aprovação nas disciplinas de Estágio Supervisionado depende do cumprimento, no mínimo, da carga horária da disciplina (60h ou 90h) de acordo com a tabela de Carga Horária (anexo I) e cumprimento de todas as atividades semestrais.

§6º - Os alunos que não cumprirem com a carga horária mínima das atividades do estágio referente ao respectivo semestre ao qual se submetem estarão automaticamente reprovados e deverão cumprir novamente as atividades de estágio.

Art. 12 - O estágio curricular supervisionado será desenvolvido, em cada semestre letivo, mediante o cronograma que trata de cumprir o Plano de Estágio estabelecido pela coordenação do Núcleo de Prática Jurídica, ouvidos os Professores Orientadores e o Coordenador do Curso de Direito, que deve conter:

- I – as datas de início e término para o cumprimento das atividades;
- II – as atividades práticas, reais ou simuladas, além de cursos de extensão oferecidos pelo NPJ, com a respectiva carga horária;
- III – os horários dos professores orientadores;
- IV – o local e o horário onde serão desenvolvidas as práticas jurídicas.

Capítulo II Dos Estagiários

Art. 13 - São considerados estagiários os alunos da Universidade Federal do Piauí matriculados nas disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Direito.

Art. 14 - Constituem deveres do estagiário:

- I – cumprir o Plano de Estágio e seu respectivo cronograma, com assiduidade e pontualidade;
- II – atender às orientações dadas pelos Professores Coordenadores, assegurada sua liberdade de expressão e participação;
- III – atender e tratar os assistidos no NPJ com urbanidade;
- IV – assinar diariamente o livro de ponto, cumprindo com pontualidade e assiduidade o horário de trabalho;
- V – participar dos seminários, conferências, estudos de caso, entre outros eventos e realizar pesquisas e elaborar trabalhos jurídicos que lhe forem designados;
- VI – manter rigorosa vigilância sobre os casos que lhe forem distribuídos, zelando para que não se perca nenhum prazo, e comunicando, imediatamente, aos coordenadores quaisquer despachos ou fluência de prazos;
- VII – manter atualizada as anotações das fichas de andamento dos casos, colocando o orientador a par das ocorrências que se verificarem;
- VIII – apresentar, mensalmente, ou quando solicitado, relatório de andamento das causas sob sua responsabilidade à Coordenadoria Jurídica e Pedagógica.

Art. 15 - Ao estagiário é vedado cobrar, aceitar ou receber, a qualquer título, dinheiro ou qualquer outra vantagem, de qualquer natureza, de assistido ou beneficiário do NPJ.

Parágrafo único. Quando for necessário o pagamento de custas ou a realização de qualquer outra despesa relacionada com o andamento da causa, o assistido ou beneficiário fará o depósito da quantia necessária diretamente à Secretária do NPJ, mediante guia preenchida pelo estagiário.

Art. 16. Durante seu período de estágio, os acadêmicos deverão comportar-se com urbanidade, ética e sigilo profissional, respeitando os acessos restritos e o decoro da profissão/atividade.

Art. 17. Os acadêmicos infratores estão sujeitos às penalidades previstas neste regulamento de acordo com a gravidade do ato, na seguinte sequência:

- I - advertência;
- II - suspensão;

III - cancelamento da matrícula no estágio.

Art. 18. O processo disciplinar inicia-se por ato do Coordenador do NPJ, que encaminhará relatório a Pró-Reitoria de Ensino, e esta designará Comissão de análise e emissão de parecer de medida a ser adotada.

Art. 19. Os monitores bolsistas serão selecionados através de edital, sendo lotados no Núcleo para a realização dos referidos projetos.

§1º - Aos monitores bolsistas aplicar-se-ão as disposições deste capítulo, no que couber.

Título V Das Disposições Finais

Art. 20 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Coordenador do Curso, juntamente com o Coordenador do NPJ e os Professores Orientadores.

Art. 21 - Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Direito.

Teresina(PI), 27 de abril de 2015.

Colegiado do Curso de Direito

ANEXO VIII

TABELA DE CARGA HORÁRIA ESTÁGIO SUPERVISIONADO

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	CARGA HORÁRIA	LIMITE MÁXIMO	COMPROVANTE
Atendimento/ Plantões	Plantões semanais no NPJ	4h/plantão	Sem limite Semestral	Relatório de plantão
Audiências	Audiências em 1ª instância – inaugural ou de conciliação	01h	Até 25 horas/ semestre (no total)	Relatório de audiência /julgamento
	Audiências em 1ª instância – instrução	01h		
	Sessões de julgamento – 2ª instância	02h		
	Plenário do Júri	05h		
Trabalhos Jurídicos e Oficinas	Elaboração de peças processuais em casos reais de acompanhamento do NPJ	4h/peça	Sem limite semestral	Cópia do trabalho ou visto do professor orientador no relatório do plantão
	Elaboração de peças processuais em casos simulados e/ou elaboração de pareceres, minutas de contrato, pesquisa de jurisprudência, etc – sob orientação do professor da disciplina	4h/peça Carga mínima de: <u>28h</u> por semestre	Sem limite semestral	
Visitas Orientadas	Visitas orientadas a tribunais, delegacias e demais órgãos públicos	02h/visita	12h por semestre	Relatório da visita orientada

Processo Simulado	Elaboração de petições e participação em audiências e processos simulados, na qualidade de advogados, defensores, promotores ou juízes – sob orientação do professor	28h/processo	1 processo por semestre	Relatório final do professor orientador
Simpósios, Minicursos e Palestras	Simpósios, seminários, palestras e minicursos realizados pelo NPJ	De acordo com a atividade	20h por semestre	Certificado de participação

ANEXO IX

VISITAS ORIENTADAS

A) Polícia Civil - estrutura e funcionamento dos cartórios; função policial: investigador, escrivão, delegado de polícia; abertura de inquérito; elaboração de Termo Circunstanciado (TC); função da corregedoria e procedimentos disciplinares.

B) Ministério Público Estadual ou Federal – funções constitucionais; atividades dos promotores e procuradores da República nas áreas penal, infância e juventude, civil e de defesa dos interesses difusos – inquérito civil e funcionamento das secretarias (cartórios)

C) Advocacia Geral da União (AGU) ou Procuradoria da Fazenda Nacional ou Procuradoria do Estado ou Procuradoria do Município ou Defensoria Pública (o aluno deverá escolher apenas um desses órgãos por semestre) – estrutura; funções no campo administrativo e judicial; atividade no campo legislativo, procedimento disciplinar.

D) Polícia Militar - atividades da polícia militar propriamente dito e suas especificações (Ambiental, Corpo de Bombeiros e Rodoviária), organização e competência de cada uma dessas atividades; procedimentos disciplinares.

E) Ordem dos Advogados do Brasil – OAB - finalidade da organização e sua composição; inscrição como estagiário e definitiva; exame de ordem - função disciplinar.

F) Cartórios Extrajudiciais de Registro Civil de Pessoas Naturais, Notas ou Registro de Imóveis (o aluno deverá escolher apenas um desses órgãos por semestre) - estrutura; natureza jurídica da atividade; competências e normas de serviço administrativas; fiscalização disciplinar.

As visitas objetivarão o conhecimento e a familiarização com os ambientes dos órgãos visitados e a genérica noção acerca de sua finalidade e funcionamento. Cada uma dessas visitas deverá ser comprovada por atestado de comparecimento e relatório individual de observação física e prática da atividade.

Observação: todos os atestados das visitas deverão ser entregues identificados e de uma só vez, grampeados com os originais e cópia para protocolo, com uma única capa constando: nome e matrícula do aluno, semestre, nome da disciplina e professor, local onde ocorreu a visita orientada, o que possibilitará a imediata identificação do autor do trabalho prático. O não cumprimento das normas estabelecidas acarretará no não recebimento do referido trabalho.

ANEXO X
ATESTADO

Atesto que o(a) acadêmico (a) _____, matrícula nº _____, semestre _____, do Curso de Direito da Universidade Federal do Piauí, esteve presente no seguinte local:

_____ cumprindo atividade da disciplina Estágio

Supervisionado ____.

Teresina, ____ de _____ de ____.

assinatura e carimbo

OBS: Assinatura e carimbo da Autoridade ou funcionário designado para o acompanhamento da visita / atividade de Estágio Supervisionado.

ANEXO XII
RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Nome do Aluno(a):

Matrícula

Período Letivo (semestre/ano)

DADOS DO PROCESSO

Vara/Juizado/Câmara/Turma

Ação/Recurso

Processo nº

Partes

Tipo de Audiência

Data

Horário (início/término)

RELATÓRIO

ANEXO XIII

NÚCLEO DE APOIO AO DISCENTE - NAD

OBJETIVO: Diagnosticar e indicar soluções apropriadas para os alunos de todos os segmentos do corpo docente, promovendo sua integração à comunidade educativa e o eventual encaminhamento de situações que demandam intervenção de especialistas.

AÇÕES ESPECÍFICAS:

1. Elaborar perfil do ingressante – situação sócio-econômica, etc.
2. Acompanhamento do aluno no que diz respeito:
 - à evolução acadêmica (desempenho, motivações etc)
 - ao ajuste ao corpo discente
 - ao ajuste ao corpo docente
3. Apoio e incentivo a palestras, publicações, eventos, júri simulado, monitoria, etc.
4. Detecção de tendências vocacionais, visando:
 - 4.1. magistério
 - 4.2. pesquisa
 - 4.3. extensão
5. Acompanhamento das condições de permanência na IES
6. Acompanhamento dos casos de evasão, motivos que a originaram, possibilidades de retorno, etc.
7. Encaminhamentos específicos

DA ORGANIZAÇÃO:

O Núcleo de Apoio ao Discente se organiza como um setor adjunto ao Curso, prestando auxílio ao discente diretamente e junto às Coordenações e ao Departamento. O setor se localiza em uma das salas do Núcleo de Prática Jurídica, em local de fácil acesso, de modo a facilitar o contato com o aluno, representando a própria IES em sua missão de acolhimento da pessoa e sua promoção humana antes, durante e após sua passagem pela vida acadêmica.

HORÁRIO DE ATENDIMENTO: a ser agendado com a responsável pelo Núcleo

PLANO DE TRABALHO E ACOMPANHAMENTO:

A cargo da responsável, a quem cabe guardar as informações de forma sigilosa, visando garantir a privacidade do aluno.